

Cadernos do CEDI 10

**ROÇAS COMUNITÁRIAS
& outras experiências
de coletivização no campo**



KARDEX	(x)
MC	(✓)
PP	()
DOC. GERAL	()

Cadernos do CEDI 10

ROÇAS COMUNITÁRIAS & outras experiências de coletivização no campo

CEDI
Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rio de Janeiro
Abril de 1982

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor

Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial

Paulo Ayres de Matos
Letícia Cotrim
Heloísa Martins
Aluísio Mercadante
Zwinglio Mota Dias
Neide Esterici
Jether Ramalho
Carlos Rodrigues Brandão
Paulo Cezar Loureiro Botas
Carlos Cunha
Rubem T. de Almeida

Composição

Robertom

Fotolitos e Impressão

Clip - Rua do Senado, 200
Tel.: 252-4610

CEDI

**Centro Ecumênico
de Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98 fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 66-7273
01238 - São Paulo - SP

Redatores

Carlos Cunha
Rubem T. de Almeida
Luis Roncari
Elter Dias Maciel
Zwinglio Mota Dias

Equipe de Arte

Anita Slade
Martha Braga

Produtor Gráfico

Álvaro A. Ramos

Assinaturas e Expedição

Eduardo Spiller Penna

Este caderno

Editoras

Neide Esterici
Lúgia Dabul

**Participação especial
na pesquisa e edição**

Rafael Soares

**Padronização
da Bibliografia**

Leda Maria Vieira Barreto Leite

Fotos cedidas por

Pe. Giuseppe Dall'asta
(Diocese Goiás)
D. José Maria Pires
(Diocese João Pessoa)
Rubem F. Thomaz de Almeida
Maria Antonieta da Costa Vieira
Movimento de Organização
Comunitária (MOC)
Galego (Diocese Goiás)
Walter Ghelman

Outras fontes de ilustração

História de sangue
CIMI, Brasília, 1981
Boletim da Comissão Pastoral
da Terra do Rio de Janeiro -
Maio, 1981
Folheto da luta dos posseiros de
Fazenda Jardim, CE
Índios Guarani
Mato Grosso do Sul

Gravuras

Martha Braga

- 5 Apresentação
- 6 Com quantos paus se
faz uma canoa
- 8 Roça comunitária:
um convite à reflexão
- 13 A roça de Santa Terezinha
- 19 Promoção Social Jussareense
- 23 Movimento de Organização Comunitária (MOC)
- 28 Casas de farinha e roças
comunitárias de Alagamar
- 35 Uma proposta de
coletivização para Areia Branca
- 40 “Trabalho engrupado”
na Sociedade do Divino Pai Eterno
- 45 “Kokue Guasú”:
uma experiência com os Guarani
- 50 Mutirão:
trabalho com boião e festa
- 53 Movimento do trator de
Fazenda Nova e Novo Brasil
- 57 Barco da comunidade
no Baixo Araguaia
- 59 Compra coletiva de alimentos
- 61 Debates e conclusões
- 65 Bibliografia

Apresentação

Esta publicação é resultado do Encontro sobre Coletivização promovido pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), ocorrido nos dias 13 e 14 de junho de 1981, no Centro de Treinamento de Líderes de Moquetá, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Participaram seis lavradores, oito agentes e dois assessores do CEDI.

Nossa intenção foi fazer do Encontro um lugar onde todos se aproximassem o mais possível das experiências/concretas relatadas pelos participantes, para que não se teorizasse no mau sentido e para que, às avaliações decorrentes da prática de quem viveu a experiência, se desse o devido valor.

O que se lerá nesta publicação é, portanto:

“Com quantos paus se faz uma canoa”: breve histórico do caminho percorrido para a realização deste trabalho.

O artigo “Roça Comunitária: um convite à reflexão”, cuja redação foi anterior à realização do Encontro e que permanece na sua forma original.

A transcrição editada dos relatos e debates do Encontro, dos quais se procurou conservar a linguagem e o conteúdo, tornando-os apenas mais agradáveis de serem lidos. Neste sentido, fez-se a inclusão de versos populares referidos ao tema do relato. Os relatos “Kokue Guasú: uma experiência com os Guarani”, e “A Roça de Santa Terezinha” (mantemos a grafia original) são exceções pois nos foram dados por escrito. O “Trabalho Engrupado na Sociedade do Divino Pai Eterno” foi composto a partir do relato, mas inclui trechos extraídos de documentos escritos por lavradores e pela pesquisadora Maria Antonieta da Costa Vieira.

Um quadro organizativo das experiências relatadas construído no final do Encontro.

Pensou-se, em certo momento, em incluir uma análise mais geral que enfrentasse a questão da gênese histórica e dos valores ideológicos e teológicos que estariam por trás das propostas de coletivização. Neste sentido, chegamos a manter algumas discussões com os membros da equipe de Assessoria Teológica do CEDI. Porém, tivemos que renunciar a esta possibilidade por absoluta falta de tempo.



Com quantos paus se faz uma canoa

HISTÓRIA DAS RAZÕES DO ENCONTRO SOBRE COLETIVIZAÇÃO

Em momentos diversos pessoas dedicadas ao trabalho de base trouxeram-nos informações a respeito de iniciativas relacionadas à coletivização da terra e do trabalho. As primeiras notícias expressavam a falência dessas iniciativas e os problemas colocados eram de tal ordem que nos faziam duvidar da possibilidade de existência de casos bem sucedidos.

De fato, as reflexões do padre Francisco Cavazzuti, da Diocese de Goiás, e do padre Antônio Canuto, da Prelazia de São Félix do Araguaia, sobre suas próprias vivências na área da coletivização, pareciam indicar a inviabilidade de projetos dessa natureza.

Algumas vezes tivemos ocasião de discutir os impasses enfrentados nessas experiências, e os mais chocantes do ponto de vista dos agentes eram que os lavradores percebiam a terra colocada em comum como "terra do padre", viviam a relação de trabalho na roça comunitária segundo o modelo de subordinação capitalista do trabalho e atuavam face aos agentes que encabeçavam os projetos como se fossem paratões, apesar do esforço por eles realizado no sentido de não serem assim considerados.

Diante desse quadro, pareceu-nos intrigante a notícia de que em Feira de Santana, na Bahia, vinha-se obtendo bons resultados com experiências de roças comunitárias. Foi, a partir dessa aparente contradição, e muito mais impressionados com as evidências de insucesso, que escrevemos "Roças Comunitárias – um convite à reflexão" – texto que serviu de fio condutor do Encontro sobre Coletivização que o CEDI se dispôs a realizar com o objetivo de reunir pessoas com participação direta em iniciativas desse tipo (1).

PARTICIPANTES

Seria muito longo descrever como foram contactados todos os participantes do Encontro, cujos relatos estão transcritos neste Caderno, mas seria bom saber que todas as pessoas convidadas, o foram a partir de relações mantidas com o CEDI em função do trabalho pastoral e popular. A opção de prender-nos à rede de relações, construída na prática do trabalho, explica o número restrito e a seleção dos participantes. Neste sentido, não estaremos refletindo, de um modo geral, sobre experiências de coletivização no Brasil, mas sobre algumas dessas experiências, justamente aquelas que no momento nos eram mais próximas. Por outro lado, o pequeno número de participantes nos pareceu uma condição essencial para que se pudesse, em apenas dois dias de reunião, aprofundar suficientemente cada relato. Como veremos, as experiências são bem diversas e postas em prática a partir de contextos sociais que guardam entre si diferenças significativas.

Mesmo assim, algumas limitações nos surpreenderam na posterior elaboração do material do Encontro. Uma delas foi que, algumas vezes, tudo parecia ter sido dito no momento das exposições e dos debates e, no entanto, percebiam-se agora algumas lacunas impossíveis de serem sanadas dada a dispersão das pessoas e a distância que delas nos separava.

Temos também a lamentar a não inclusão de experiências de missões protestantes que sabemos serem numerosas, mas com as quais não tínhamos nenhum contato.

(1) O texto mencionado, que antecede os relatos dessa publicação, foi preliminarmente discutido com Beatriz Araújo Martins e Maria da Graça Floriano, com as quais iniciamos, em 1979, a primeira tentativa de sistematizar uma reflexão sobre o tema. Muitas das contribuições dessas duas pessoas estão incluídas neste trabalho.

Convém dizer que a opção de virem agentes ou lavradores foi deixada ao arbítrio das equipes de trabalho convidadas e desta opção resultou que estiveram presentes seis lavradores e oito agentes, todos participantes diretos das experiências relatadas, à exceção do caso da Sociedade do Divino Pai Eterno. Este caso, aliás, ocupa uma posição singular nos relatos que se seguem em virtude mesmo do fato de ser uma experiência da qual não participou nenhum agente externo ao próprio grupo e de ter sido dado ao conhecimento de outros somente quando a experiência já estava desenvolvida.

A idéia inicial era de fazer um Encontro onde se relatassem e fossem discutidas apenas experiências de um mesmo tipo que atendessem pelos nomes de hortas ou roças comunitárias e que se caracterizassem pela coletivização ao nível mesmo da produção, ou seja, do trabalho, da terra, dos instrumentos de produção e do próprio produto do trabalho. Entretanto e, talvez, felizmente, nosso controle não foi muito eficaz e, por iniciativa das pessoas e equipes convidadas, estiveram presentes experiências do tipo mutirão, compra e uso coletivo de trator, compra coletiva de alimentos que escapam todas, de um modo ou de outro, às definições acima. Os relatos dessas experiências não previstas despertaram, no entanto, o maior interesse por parte dos participantes e o relato sobre o mutirão do Baixo Araguaia, assim como o caso da Sociedade do Divino Pai Eterno, do Sul do Pará, representaram, como veremos, momentos cruciais dos debates e da reflexão posterior. Estão, portanto, todos incluídos neste Caderno.



A preparação do Encontro esteve a cargo de Neide Esterci e Ligia Dabul que contaram com a colaboração de Rubem Thomaz de Almeida. Aliás esta colaboração justifica a inclusão nesta publicação do único relato sobre roças comunitárias experimentadas com grupos tribais, fruto da experiência desse nosso colaborador com os índios Guarani, do Sul do Mato Grosso. Seu relato funcionou como contraponto nos debates e pode servir de sugestão para que se realize algo semelhante com relação a iniciativas na área indígena.

PREPARAÇÃO

Na fase de preparação, foram lidos e discutidos os relatos do MOC, os artigos de Neide Esterci e Laís Mourão, já mencionados e os relatórios de Rubem Thomaz de Almeida. Além disso foram consultados os textos sobre organização camponesa que constam da Bibliografia.

Em determinado momento, muito importante, contou-se com a colaboração de Beatriz Costa e Aida Bezerra, da equipe do NOVA, que realizaram conosco dois seminários dedicados ao conteúdo das questões levantadas e à forma de organização do Encontro.

Falta mencionar as contribuições que nos foram dadas, fora do Encontro, pela irmã Mercedes, de Porto Alegre, na Prelazia de São Félix do Araguaia, onde organizou uma experiência de horta comunitária com mulheres. Também César Gatti, agente leigo, incentivador de projetos comunitários de roça e trator na localidade de Chapadinha, na área da mesma Prelazia, discutiu conosco e nos forneceu por escrito cópias de seus projetos. Estes relatos não constam nesta publicação, mas nos ajudaram na reflexão.

Ainda na fase de preparação do Encontro, Miguel Pressburger e Fernando B. F. M. de Moura, membros da equipe de assessoria da Comissão Pastoral da Terra do Rio de Janeiro (CPT-RJ), fizeram-nos descrições detalhadas acerca das discussões dos lavradores de Areia Branca, sobre a proposta de coletivização que lhes foi feita.

Finalmente, vários companheiros do CEDI estiveram indiretamente envolvidos com este trabalho, seja lendo o material produzido, fazendo indicações de pessoas a serem contactadas ou de textos a serem lidos.

Roça comunitária: um convite à reflexão

SOLIDARIEDADE,
IGUALDADE,
UNIÃO E RESISTÊNCIA

As roças comunitárias, assim como as cooperativas, os movimentos de saúde comunitária e os mutirões têm sido algumas das formas de ação adotadas pelos setores de Igreja ligados à pastoral rural no sentido de fortalecer a capacidade de fixação e resistência dos trabalhadores rurais face à situação de miséria, exploração e às ameaças de expulsão que os atingem.

Além da precariedade de sua condição de existência, sensibiliza esses setores o fato de que, como resultado da exploração extrema ou da perda de suas terras, os trabalhadores saíam dos lugares onde moram e trabalham em busca de outras formas de sobrevivência. Essas saídas têm sido percebidas como um problema em si, ou como um gerador de problemas. Saem os líderes que, nas comunidades locais, encabeçam a resistência, desagregam-se as famílias com a dispersão espacial de seus membros, e o próprio ir e vir de trabalhadores destituídos de suas antigas condições de vida (peões e bóias-frias) é visto como empecilho ao trabalho de conscientização e organização.

Solidariedade, igualdade e união é o tripé de valores político-cristãos sobre os quais se baseiam esses projetos de ação coletiva.

No conjunto, essas ações têm desempenhado o papel que delas se espera, proporcionando um espaço importante no qual a classe trabalhadora do campo pode discutir seus problemas e expressar suas lutas.

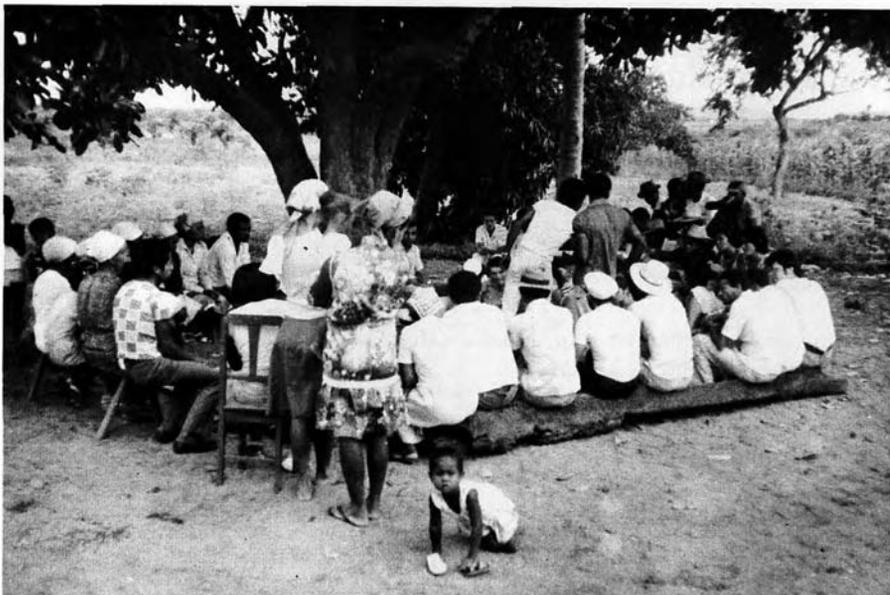
Entretanto — se no conjunto, e em função da conjuntura de extrema repressão e desorganização dos órgãos de classe dos trabalhadores, as iniciativas de Igreja foram bem sucedidas, isto quer dizer, conseguiram aglutinar pessoas, motivá-las para discutir seus problemas e tomar iniciativas no sentido de resolvê-los — muitas delas parecem ter fracassado no cumprimento de seus objetivos específicos.

Parece também terem-se esvaziado logo que os conflitos muito agudos em torno da posse de terras, por exemplo, foram localmente solucionados de um modo ou de outro. Trabalhos coletivos de desmatamento com a finalidade de firmar a ocupação de uma área pleiteada pelo grupo, tinham muita chance de ser bem sucedidos, mobilizando muita gente. Mas, a manutenção desse trabalho coletivo, através de roças comunitárias, socializando a terra, trabalho e produto do trabalho, parece ter esbarado em dificuldades que seria útil investigar.

As razões alegadas pelos que impulsionaram tais experiências são muitas vezes de cunho moral e reféridas, por contraste, aos valores sobre os quais se fundamenta a iniciativa. Os participantes são acusados, ainda que em tom benevolente, de individualismo, de não quererem unir-se, ou de desconhecem o valor político-religioso da união. Os que participam diretamente da experiência são acusados e se acusam entre si de egoísmo, de não estarem preparados para repartir e se ajudarem mutuamente.

Para compreender a frustração desse tipo de experiência comunitária seria bom deixar de lado o cunho moral e religioso de categorias tais como união e ajuda e tentar captar as formas pelas quais ações comunais e regras de reciprocidade e ajuda mútua são culturalmente prescritas entre os grupos sociais junto aos quais se tem tentado implantar a experiência. Seria preciso também tentar perceber os modelos segundo os quais os membros do grupo costumam perceber as iniciativas tomadas por agentes de fora (1).

(1) Laís Mourão, considerando o caso de uma missão religiosa na Baixada Maranhense, foi a primeira pessoa a analisar a roça comunitária neste sentido (ver bibliografia).



Pequenos produtores de Feira de Santana, Bahia, discutem suas práticas de ação coletiva ligadas à produção.

O que se segue é uma tentativa provisória de pensar as razões pelas quais as experiências de roça comunitária feitas no Brasil têm fracassado.

Muitos grupos envolvidos com experiências desse tipo têm expressado a necessidade de refletir sobre questões com as quais têm-se defrontado.

É preciso explicitar os dados sobre os quais se está raciocinando para que se saiba em cima de que foram formuladas estas primeiras idéias.

Por todo o Brasil, em trabalhos desenvolvidos pela Igreja Católica na área rural, tem sempre havido tentativas de fazer os camponeses se unirem de diversas formas ao nível da produção: mutirão, cooperativas, associação para compra de máquinas, casas de farinha, roças comunitárias.

A idéia que está na base dessas iniciativas parece ser a de desenvolver a “união”, o senso de ação solidária e coletiva, além de objetivos práticos imediatos tais como melhoria das condições de produção e consumo da população. O objetivo da “união” é computado como “político”, “educativo”, e privilegiado pelos agentes, que pretendem combater o “individualismo” camponês; os demais objetivos são pensados como “econômicos” e, em geral, colocados em segundo plano pelos agentes, mas valorizados pela população em causa.

Estas diversas formas de ação coletiva são diferentes entre si. Umam parecem ser tradicionalmente integrantes da organização camponesa, como o mutirão; outras são inovações a serem aprendidas, desenvolvidas e “multiplicadas” — difundidas — pelo grupo: são as cooperativas, por exemplo, com seus estatutos regidos por lei, sua forma padronizada de contabilização e administração.

Sendo diferentes, algumas dessas iniciativas parecem ter mais chance de sucesso do que outras. Parece estarem no primeiro caso o mutirão, quando posto em prática para fins já previstos pelas regras do grupo e as casas de farinha que, entre os camponeses, são de propriedade particular, porém, sempre utilizadas por um grupo de unidades domésticas de vizinhos, parentes ou compadres. Estariam no segundo caso, as roças comunitárias.

Estas primeiras noções sugerem uma série de perguntas cujas respostas poderiam ajudar a compreender o tema em questão. Por exemplo:

ALGUMAS IDÉIAS E MUITAS INDAGAÇÕES



Há experiências bem sucedidas de roças comunitárias?

Se há, quais são as diferenças entre as experiências com sucesso e as outras?

Que relações existem entre os participantes da experiência: parentescos, vizinhança, interesses comuns com relação à terra ou outros recursos?

Os integrantes da experiência têm todos um pedaço de terra própria onde trabalham além de trabalhar na roça comunitária, ou dedicam todo o tempo de trabalho à roça comunitária?

Há integrantes que têm terra ao lado de outros que não a têm? A terra em que realizam o trabalho coletivo é da Igreja, de um deles, ou é da comunidade?

Quais são as regras de distribuição do produto do trabalho comum? Como é computado o trabalho investido por cada participante?

A distribuição do produto se faz de acordo com o trabalho investido, ou de acordo com capacidades e necessidades?

Que produtos se plantam na roça comunitária, e como se classificam de acordo com suas destinação: são para o mercado ou para o consumo?

Visam o suprimento de necessidades coletivas ou particulares?

Finalmente, como os trabalhadores, que vivem a experiência de roça comunitária, percebem e manifestam os conflitos que surgem?

Tendo sempre presentes estas indagações, tentou-se formular uma hipótese a respeito das razões do insucesso desse tipo de coletivização.

A idéia central é a de que há uma incompatibilidade entre as noções de organização do trabalho, produção e redistribuição do produto do trabalho vigentes na roça comunitária e a forma própria e específica de organização do grupo do qual são recrutados os participantes da roça comum (2).

As categorias pelas quais concebemos os fenômenos relacionados à produção, geralmente são fruto da lógica capitalista e, por isto mesmo, inadequadas à compreensão do que se passa com o campesinato. Neste caso estão as noções de trabalho, lucro, empresa, salário, capital, mercado e, num certo sentido, a noção de propriedade. Seria muito longo considerar tudo isto e fazer a demonstração para cada uma dessas categorias. Tentar-se-á, portanto, caracterizar, resumidamente, o que se entende como sendo a forma específica de organização dos camponeses.

A PARTICULARIDADE DA ORGANIZAÇÃO CAMPONESA

O grupo doméstico camponês é ao mesmo tempo a unidade de produção e a unidade de consumo. Ou seja, aqueles mesmos entre os quais se recruta a força de trabalho para produzir, são aqueles entre os quais o produto do trabalho é distribuído e consumido.

A produção camponesa se destina sempre a suprir as necessidades do grupo doméstico. Mesmo que alguns produtos se destinem ao mercado, o objetivo de pô-los à venda é fruto da necessidade de consumo do grupo. Distingue-se, pois, dos objetivos

(2) Esta idéia se baseia no resultado de pesquisas realizadas no Brasil com trabalhadores rurais do tipo *camponês* (posseiros, pequenos proprietários, moradores). Tais pesquisas partiram da suposição de que haveria um modo camponês específico de organizar a produção, dividir o trabalho e distribuir o produto do trabalho do grupo familiar, pensado como unidade de produção. Estas pesquisas partiram de estudos e sugestões feitas por autores do leste europeu preocupados com a transição no campo para a sociedade socialista, questão enfrentada em seus países depois da Revolução (ver bibliografia).

de lucro e acumulação capitalistas. É como se o produto do trabalho passasse pelo mercado apenas para transformar-se nos bens necessários e não produzidos pelo grupo.

O grupo doméstico fornece o estoque de força de trabalho a ser utilizada na produção. As regras de divisão do trabalho estão sempre subordinadas às regras da família e aos papéis que, dentro dela, assume cada membro. Neste sentido, a mulher não faz não importa que serviço, mas sempre algo que logicamente esteja de acordo com a definição de esposa, de mãe, de reprodutora biológica do grupo. Como exemplo, no caso da mulher, pode-se citar a explicação dada por camponês da Prelazia de São Félix com relação ao trabalho da mulher na colheita de arroz. O homem colhe “de cutelo”, apanhando de uma vez um grande feixe de arroz. A mulher colhe “de munheca”, recolhendo um punhadinho de cada vez. A explicação dada foi a seguinte: para colher “de cutelo”, a mulher teria que ficar dobrada nas cadeiras, sobre o ventre, com o sol batendo nesta parte do corpo e, “isto estraga a mulher”. Nesta referência à posição de uma parte do corpo da mulher parece estar em jogo a consideração de sua função de ser mãe, de ser reprodutora biológica do grupo. Na lógica capitalista, considerações desse tipo não entram no cálculo e utilização da força de trabalho. No mesmo sentido, agora a respeito do homem e de como se relacionam suas funções enquanto membro da família e componente da força de trabalho na esfera da produção, podemos citar como exemplo, que, no vocabulário e na concepção, é sempre o homem, o pai, que “trabalha”. Os demais membros do grupo “ajudam”. E assim mesmo quando parte substancial das tarefas, por uma ou outra razão, é executada pelos demais membros do grupo — mulher, filhos e filhas. Esta concepção parece estar ligada ao ser pai, “chefe de família”, autoridade máxima e responsável pelo provimento da reprodução do grupo. É ele quem decide o que plantar, quanto, e o que pôr à venda; é ele quem distribui as tarefas no roçado (esfera da produção) assim como é a mãe que distribui as tarefas dentro da casa (esfera do consumo). Poder-se-ia, pois, perguntar: Como é que ficam estes elementos da organização camponesa no caso da roça comunitária? A quem o “chefe de família” transfere sua autoridade e seu poder de decisão?

Por outro lado, retomando a formulação anterior, segundo a qual o grupo camponês não produz visando o lucro nem a acumulação, mas sim de acordo com o cálculo voltado para a satisfação das necessidades da família, pode-se perguntar: Será que o cálculo que o trabalhador se vê obrigado a fazer na roça comunitária não representa uma ruptura com a lógica do cálculo camponês? Será que tal ruptura não vai fazer com que o trabalhador pense as suas relações, o seu trabalho na roça comunitária segundo a lógica do sistema capitalista? O capitalismo fica sendo a lógica alter-

Na Diocese de Goiás fizeram-se algumas experiências de coletivização.

Terra, trabalho e máquinas agrícolas foram postos em uso e apropriados coletivamente.



nativa já que para o trabalhador não se coloca a lógica socialista, e já que o capitalismo é o outro sistema conhecido e, além do mais, o dominante. Há indícios de que isto acontece. Houve um caso em que, depois de um certo tempo, e tendo-se desentendido com seus companheiros, um membro do grupo de uma roça comunitária “botou questão” na justiça trabalhista exigindo que o padre, iniciador da experiência, e a instituição proprietária da terra posta à disposição para a experiência, lhe pagassem todos os benefícios sociais correspondentes ao tempo em que trabalhara na roça comum. Quer dizer: o trabalho foi computado como trabalho “alugado” e a retribuição do trabalho, conseqüentemente, foi pensada como salário — o que não acontece quando o trabalho é realizado segundo a forma de organização camponesa. O padre, por sua vez, visto como “dono” da terra foi pensado como “patrão”. Isto não acontece com relação ao pai, quando se realiza o trabalho na unidade familiar. Ou seja: parece que, se o camponês não consegue pensar as coisas segundo sua própria lógica, ele as pensa segundo a lógica dominante do capitalismo.

Muitas outras questões haveria e muitos pontos a desenvolver no argumento exposto. A idéia é continuar a reflexão, procurando obter mais dados em cima dos quais pensar e repensar.

Os relatos que se seguem são bastante ricos de detalhes e poderão levar a conclusões mais satisfatórias a respeito das condições que levam ao sucesso ou ao fracasso as experiências de coletivização da terra e do trabalho.



A roça de Santa Terezinha

A terra, posta em uso comum, era formada por um lote de propriedade do padre e outros lotes de alguns dos participantes da experiência. Todo o trabalho deveria ser realizado coletivamente desde o preparo da terra até a colheita. Os participantes deveriam trabalhar todos os dias da semana na roça coletiva e não mantinham roças particulares.

Relator

Equipe Pastoral de Santa Terezinha, da Prelazia de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, representada pelo padre Antonio Canuto, participante da experiência.

*Lá em Santa Terezinha
o povo levou um tranco,
aparece a CODEARA,
propriedade de um Banco
que diz que comprou os morro
as casa, as grotas e os barranco,
e com proteção de fora
canta o galo e risca a espora:
– “Sai daqui se não te arranco!”*

*Trazendo peão de longe
com treita nos compromisso,
bem nas roças dos posseiro
começou abrir serviço,
e os compadre se ajuntaram,
foi o começo do enguiço:
e de “por-fora” na mão
mandaram parar os peão.
– “Vamos já acabar com isso!”*

*E por conta dessa greve
iniciou a perseguição.
O grileiro invade as posse,
manda gente pra prisão,
enquanto que, na fazenda,
se escraviza os peão,
e quem mais abria o bico
era um tal de Padre Chico
dando o alerta pra nação (1).*



A LUTA DOS POSSEIROS

A fazenda CODEARA (Companhia de Desenvolvimento do Araguaia) conseguiu acumular quatrocentos mil hectares de terra na área de Santa Terezinha. A área ocupada pelas roças dos posseiros e pelo núcleo do povoado era muito pequena em relação ao total pretendido pela fazenda, mas esta não quis abrir mão dessa pequena área e por isso houve conflitos, ameaças, prisões e derrubada de casas de posseiros.

(1) Versos de Zé Diluca, trovador de Mato Grosso, extraídos do Romance “Peleja das Piaba do Araguaia com o Tubarão Besta Fera”, em louvação dos dez anos de caminhada da Prelazia de São Félix do Araguaia (agosto de 1981).

Tudo isso acontecia desde 1966 e o Padre Francisco Jentel (Padre Chico), que colocou-se ao lado dos posseiros, tentava sempre conter a violência e encaminhar a luta no plano legal. Enquanto isso, organizava o povo e neste sentido tomou a iniciativa de criar uma cooperativa, a CAMIAR (Cooperativa Agrícola Mista do Araguaia). Tomou também várias iniciativas no campo do desenvolvimento agrário: abriu estradas para as roças, adquiriu máquinas e tratores, fez experiências de aração da terra. Entretanto, os conflitos se acirravam cada vez mais e, no dia 3 de março de 1972, o confronto não pôde ser contido. Os posseiros construíam o prédio de um ambulatório comunitário e a fazenda resolveu impedir a construção usando a força:

*Era de setenta e dois,
Era de revolução
dos Silveira co's posseiro
e este povo da missão.
Silveira bateu no peito
feito um grande valentão.
Quando a taboca rachou
Silveira rolou no chão (2).*

Os posseiros saíram vitoriosos do confronto e, em conseqüência do impacto causado pelo acontecimento, tiveram reconhecidos seus direitos de modo que cento e vinte famílias receberam lotes de cem hectares cada uma.

OS IMPASSES E A BUSCA DE SOLUÇÕES DEPOIS DA VITÓRIA

Mas, assim que receberam os documentos de suas propriedades, vários as venderam. Os primeiros que efetuaram estas transações foram os que não se empenharam na luta pela conquista da terra. Com o correr do tempo outros foram vendendo, e estima-se que quase cinquenta por cento dos beneficiados se desfez dos seus lotes. Alguns por motivo de saúde ou de idade avançada, outros sonhando com uma melhora de vida por apanharem um pouco de dinheiro, e outros desanimados com o trabalho que não lhes traz ganho suficiente para suprirem suas necessidades.

Na época, a equipe pastoral de Santa Terezinha era completamente nova, todos vindos de São Paulo naquele mesmo ano, sem experiência de trabalho em área rural e sem conhecimento mais profundo da realidade local. Foi uma época muito rica em experiências. Procurou-se dar todo apoio possível à Cooperativa e discutir o momento presente, em busca de soluções para os problemas com os quais se deparavam. Algumas tentativas foram sendo feitas neste sentido até que, em 1975, o Padre Canuto começou a trabalhar na roça. Procurava unir o trabalho produtivo ao trabalho pastoral, objetivando conhecer, mais vivencialmente, a realidade do povo na sua luta pela sobrevivência, independentizar-se economicamente das lides pastorais e desenvolver uma discussão mais direta sobre a atividade produtiva. Este primeiro ano foi só um pequeno teste tendo sido possível observar a grande precariedade em que a população trabalhadora vive e as dificuldades enfrentadas para sua própria manutenção. Entrou no esquema de trabalho desenvolvido pelo povo, "trocando dias de serviço" em diversas atividades.

Aproveitando este costume sugeriu a formação de um mutirão de trabalho conseguindo reunir dez vizinhos. Isto em 1976. Desta forma foram feitas dez roças, do começo ao fim. Contou-se com o apoio da Cooperativa no fornecimento de alimentos necessários que seriam pagos na produção. Durante este trabalho iam-se discutindo formas novas de trabalho, sugerindo as vantagens de uma possível mecanização e tentando demonstrar que o trabalho coletivo seria mais rentável. As idéias pareciam ter boa acolhida e se davam os primeiros passos para a aquisição de trator com implementos para aração.

(2) Versos de Maroto, poeta, morador em Santa Terezinha, extraídos do Romance já citado.



Com a experiência anterior, partiu-se para um trabalho mais coletivo. Toda a proposta se baseava em que a ajuda seria oferecida aos que se dispusessem a um trabalho comum, colocando em comum a terra e dividindo o fruto do trabalho.

A ROÇA COMUNITÁRIA: RESISTÊNCIAS E CONFLITOS

Um grande grupo foi contactado e convidado a fazer parte dos grupos de trabalho, mas quase todos se excusaram. Alguns se comprometeram a participar, mas na hora de iniciar não compareceram.

Os grupos se denominavam "Grupos Experimentais de Desenvolvimento Agrário". Do primeiro grupo participaram sete elementos sendo quatro lavradores (três proprietários e um filho de um dos proprietários), o padre, um engenheiro agrônomo chamado por conhecer técnicas de cultivo, e um leigo da equipe.

Logo no início, um dos lavradores se afastou por discordar dos demais. Seu afastamento foi visto com agrado pois o mesmo não se dedicava ao serviço. O agrônomo, depois de pouco tempo, apresentou sérios distúrbios psíquicos e foi necessário pedir que se retirasse também. Depois de quase um ano, desligou-se um terceiro sócio.

O afastamento deste terceiro sócio talvez mereça ser relatado com detalhes. Para a execução de determinados trabalhos foi necessário contratar outras pessoas (3).

Este sócio, em determinada ocasião, tratou mal um rapaz e o despediu sem consultar os companheiros. Os demais sócios não gostaram dessa atitude. Percebendo o desagrado, ele mesmo pediu para se afastar, apesar das ponderações feitas pelo grupo.

O sócio em questão tinha arrendado uma área contígua à área onde se desenvolvia a atividade pecuária do grupo, colocando esta área à disposição da sociedade que passou a desenvolver sua atividade pecuária nos dois lotes. Para fazê-lo o grupo cercou os dois lotes e alguns companheiros comentaram que o referido sócio desligou-se porque já havia conseguido o objetivo de cercar sua área, pois sozinho não teria condições de fazê-lo. Mas ele continuou mantendo um certo relacionamento com o grupo. No ano seguinte ele propôs que a atividade pecuária continuasse mais ou menos em conjunto, mas o grupo não concordou, argumentando que ele desejava esta continuidade só para poder-se beneficiar do curral e de outras benfeitorias existentes na área trabalhada pelo grupo.

(3) Todas as pessoas chamadas para trabalhar foram convidadas a participar da experiência. Como nenhuma delas aceitou o convite, fizeram-se contratos mensais ou por empreita.

No final deste mesmo ano, um outro membro da sociedade começou a faltar ao serviço sem dar satisfação a ninguém. Soube-se que andava tecendo comentários desairosos ao grupo, sobretudo ao padre. Fez-se então uma reunião com ele para que expusesse o que queria. Disse que queria sair, mas deu como motivo razões sem fundamento. Concordou-se o acerto de acordo com o que havia sido previamente combinado: pagar os dias de serviço. Ele pediu mais, alegando que o sócio anterior havia ficado com um "alicerce" e ele ficaria sem nada. Foi-lhe então oferecida uma quarta parte da roça de mandioca e uma quarta parte da roça nova, já derrubada e queimada, pronta para plantar. Ele quis receber isto em dinheiro. O grupo concordou e fez-se o desligamento.

Mas ele continuou com seus comentários, dizendo que agora sabia quem era o pessoal da Prelazia. E como sinal mais claro de sua contestação, filiou-se à ARENA. E suas reações não paravam aí. Soube-se depois de uns negócios de gado — ele era o encarregado da pecuária do grupo. Cobrou-se e ele entregou dois bezerros tão ruins que um dos sócios não os aceitou. Ele se dispôs a ficar com os mesmos descontando do acerto devido. Daí para a frente, no entanto, ficou mais agressivo afirmando que iria exigir seus direitos.

O grupo não cedeu. Tempos depois, num domingo, saiu pela rua dizendo que iria acertar com o padre, por bem ou por mal. Por volta do meio dia teve uma discussão com um rapaz e deu-lhe uma bofetada na cara. O rapaz revidou com uma faca acertando-lhe o baço. Como consequência teve que ser removido imediatamente de Santa Terezinha. Foi operado e o baço foi extirpado. O comentário, na rua, era de que isso era castigo pois queria brigar com o padre.

Durante todo este processo corria a notícia de que ele havia-se desligado porque alguém lhe dissera que o pessoal da Prelazia seria ligado aos "terroristas". Ele ainda tentou afastar o último sócio, lavrador, dizendo que entraria em "boca quente", que ele sabia de coisas que os outros desconheciam. Depois do acontecido, alguns familiares comentavam que já esperavam que acontecesse algo parecido, pois era de seu estilo.

A produção deste grupo, no primeiro ano, foi pequena, mas ficou uma grande roça de mandioca plantada e havia esperanças com o café. O gado adquirido foi sendo morto para se comprarem outras rezes melhores com vistas à produção de leite. Neste mesmo tempo o preço do gado teve um acréscimo fora do comum, mais de cem por cento em poucos meses, e não deu para se comprar mais nada. O café também não prestou. E assim as esperanças foram-se acabando. Conseguiu-se que um outro lavrador integrasse o grupo. Era um pai de família, viúvo, com onze filhos. Trabalhou com seus filhos pouco mais de um ano e também se afastou.

A PARTICIPAÇÃO DO PADRE NOS GRUPOS DE ROÇA

Outros grupos tentaram-se formar. O segundo grupo devia começar com quatro elementos. Antes do início das atividades, um se desligou do projeto e, poucos dias depois de iniciado o trabalho, um segundo também se afastou. Ficaram dois somente, vizinhos e cunhados. O trabalho que se desenvolveu neste projeto foi só agrícola, prevendo-se para depois a formação de pastos. Os lotes eram contíguos e o trabalho era executado igualmente nos dois lotes. Praticamente era um trabalho individualizado. A produção do primeiro ano foi muito fraca e também a do segundo. Para dar continuidade ao projeto lançaram mão de financiamentos bancários.

O terceiro grupo deveria começar com quatro elementos também. Antes do início, dois se descomprometeram e, depois de poucos meses, o segundo sócio restante se desligou. Neste grupo, um só era o proprietário, os demais eram lavradores sem terra.

A participação do padre neste processo foi a de incentivar a formação dos grupos e o trabalho produtivo em igualdade de condições com os demais sócios. Só que devia dividir-se entre as atividades pastorais e o trabalho produtivo. Muitas vezes tinha que se ausentar do trabalho para atender à pastoral. Não quis assumir a liderança do

trabalho pelo motivo supracitado e também por não ter conhecimento prático nem teórico de agricultura e pecuária e para deixar o processo mais na gestão dos companheiros. Apesar disto o grupo sempre esperou muito do padre. As dificuldades maiores encontradas pelo padre foram:

Diferença de ritmo de trabalho.

Falta de iniciativa por parte de alguns elementos.

Dificuldades em se estabelecerem as prioridades de trabalho.

Os indivíduos que assumiam a liderança procuravam resolver os casos sem consultar os companheiros.

Com relação ao trabalho coletivo e à posse da terra, estabeleceram-se as seguintes regras:

A terra é bem comum. Os sócios que tivessem terra a colocariam a serviço do grupo, nada recebendo em troca pelo uso da mesma.

Poderiam participar do grupo tanto proprietários como não-proprietários.

O ponto de referência para todos seria o trabalho.

Cada sócio receberia parte da produção de acordo com seu trabalho. (Os dias de serviço deveriam ser apontados.)

Se algum sócio se afastasse do projeto antes de estar encerrado, receberia o equivalente aos dias trabalhados tendo como referência o valor do salário mínimo.

Em caso de dissolução da sociedade, o proprietário em cuja propriedade tivessem sido executados os benefícios (cercas, curral, casa, etc.) indenizaria os demais sócios.

A devolução dos empréstimos obtidos poderia ser feita em dinheiro, em trabalho ou produtos a outros grupos que se desejassem formar.

Os projetos de desenvolvimento agrícola se mostraram um fracasso. O objetivo que se intentava através deles era de serem experiências piloto que pudessem desempenhar um papel modelar e que pelos seus resultados pudessem motivar todos os lavradores. Mas a prática evidenciou o contrário, mostrando que nossa proposta não foi correta ou que, pelo menos, não foi corretamente conduzida.

A proposta não foi aceita pela grande maioria contactada, proprietários ou não. Os fatores que levaram à recusa julgamos serem os seguintes:

Medo de contrair dívidas.

Desconfiança da proposta. Alguns comentavam na rua que isso era "uma fria" e que depois o padre iria ficar com as terras.

Não se querer envolver num trabalho comum porque cerceia a liberdade individual.

Os proprietários não receberem nada pelo uso da terra.

Os não-proprietários imaginavam que, com seu trabalho, só estariam contribuindo para beneficiar a terra do proprietário.

Os resultados econômicos também foram negativos, o que não estimula ninguém a empreender um trabalho deste tipo.

A produtividade da terra não aumenta por serem mais braços que a trabalham, ao contrário, sendo muitos trabalhando juntos, às vezes se perde mais tempo, um esperando pelo outro.

AS REGRAS DA ROÇA COMUNITÁRIA E CAUSAS DO FRACASSO



Depois de muitos anos envolvidos com este tipo de projetos econômicos chegamos à conclusão de que os mesmos são altamente desgastantes e não chegam a atingir, de forma alguma, os objetivos propostos. É uma atividade que exige uma participação muito grande do agente, e que exige decisões que afastam um número de companheiros que poderiam estar juntos na luta.

Mesmo que os resultados econômicos fossem compensadores, conseguir-se-ia uma melhora de vida para um grupo reduzido de pessoas enquanto a grande maioria se sentiria alijada do processo. O mais que se obteria seriam ilhas dentro da sociedade e não transformações de maior vulto.

Num projeto econômico, o tipo de relação que se cria entre as pessoas está sempre envolvido por esta marca do dinheiro e não por relações autenticamente sinceras. E ainda mais, se cria uma certa dependência do beneficiado em relação ao beneficiador que não ajuda muito num desenvolvimento autônomo.

Um fenômeno muito interessante e muito preocupante em Santa Terezinha, do qual não conseguimos ainda uma interpretação satisfatória, é o de que os elementos mais promovidos intelectualmente e mais apoiados economicamente pela ação da Igreja são hoje elementos arredios, quando não declaradamente contrários. Chegamos a levantar a hipótese de que seria uma forma de declarar sua independência com relação à dependência anterior.



Promoção Social Jussarense

A terra, posta em uso comum, foi adquirida com recursos obtidos através do padre. O trabalho era realizado coletivamente, desde o preparo da terra até a colheita. Os participantes deveriam trabalhar todos os dias da semana na roça coletiva, e não mantinham roças particulares.

Relatores

Padre Francisco Cavazzuti e João Moreira da Silva, lavrador, ambos participantes da experiência de Jussara, Diocese de Goiás, Goiás.

Nós não vamos contar uma experiência muito elegante porque nossa experiência fracassou. Vamos dizer como é que surgiu e depois é interessante ver quais foram as causas do fracasso.

PROMOÇÃO SOCIAL E ROÇA COMUNITÁRIA

A experiência começou em 1971 e terminou em 1977. Compramos um lote de terra com dinheiro vindo do exterior. Estávamos na dúvida se comprávamos esse lote de terra ou um trator. Optamos pela terra, porque achamos que o trator iria fazer um serviço muito pequeno, sobretudo lá na nossa área onde já havia latifúndios bem grandes que foram aumentando. Também as pessoas que tinham roça, era na terra dos outros. Então, o que fazer?

De início, compramos um lote de terra de dez alqueires. Mais tarde compramos um outro lote de dezoito alqueires que fazia divisa com o primeiro. Ao todo eram vinte e oito alqueires. Queríamos com isso colocar lá famílias sem terra na forma de cooperativa. A terra seria propriedade de uma entidade jurídica, reconhecida legalmente, com estatuto publicado no Diário Oficial. Chamava-se Promoção Social Jussarense. Promoção quer dizer fazer o negócio ir pra frente: as pessoas que não tinham nada poderiam chegar a possuir uma terrinha, iriam pra frente. O nome Jussarense se deve ao nome do município que se chama Jussara.

Esse negócio da entidade ser proprietária da terra já começou a acarretar algum problema. Os que iam trabalhar na terra não iam ser donos nem meeiros. Era uma forma que, juridicamente, não dava para ser colocada. Pensava-se que, a longo prazo, talvez as famílias se tornassem donas da terra.

Durante os seis anos da experiência passaram pela terra mais de vinte famílias, só entrando quatro, no máximo cinco por vez. Não houve, pois, uma continuidade de trabalho com as famílias, porque saía uma, entrava outra todo o tempo. Ao final, achamos que não dava mais certo mesmo e encerramos a experiência.

O companheiro lavrador vai falar sobre a maneira como o pessoal vivia lá. Eu gostaria agora de colocar algumas considerações que mostrem por que é que não deu certo a roça. Vejo dois tipos de causas: um tipo externo à Promoção e outro interno.

Por que fracassa a experiência?

Vou elencar algumas causas sem ordem de importância.

Das causas exteriores, acho que as mais importantes foram:

A região sendo latifúndio, com fazendas de quinhentos mil alqueires ou mais, o que resolve um lote de quatro a cinco alqueires para cada um? Acho que já sabíamos que quem tinha pouca terra estava perdendo, e a situação dos pequenos proprietá-

rios tendia a piorar. Foi um erro colocar uma pequena propriedade, numa situação dessas. Não daria para sobreviver mesmo.

Houve um processo contra a gente e a Promoção entrou no jogo, mesmo que indiretamente. No inquérito queriam saber como compramos a terra, quem morava lá, qual era a finalidade e, até, se havia armas.

Foi até gente lá na terra para ver às escondidas. Pensavam que fosse uma tentativa de formar um campo de guerrilha. O salão paroquial de Jussara apareceu nos jornais, pois diziam que era o centro, o cérebro, o lugar onde se escondia toda a programação etc. Então, juraram que iam acabar com o negócio.

Dentro da Promoção teve uma porção de coisas que levaram ao fracasso. Havia, por exemplo, uma falta de ritmo: não caminhavam com o mesmo passo, o povo da Promoção e o leigo estrangeiro que era dirigente, um italiano, chegado há um ou dois anos no máximo. A gente via a diferença.

Outro ponto foram as reuniões: demoravam muito, iam até às onze horas da noite. Andavam sempre desta forma: uma primeira parte que chamavam de formativa e uma segunda que chamavam de organizativa. A parte formativa era, muitas vezes, baseada na Bíblia e acho que a interpretação da Bíblia era muito parcial, porque se lia somente aquela parte que tinha uma relação com o social. Dessa maneira era fácil ser contra o egoísmo dos ricos e esquecer que a gente também tem o seu pequeno egoísmo dentro, que pode ser o mesmo dos ricos: subir na vida, dar um jeito. A parte organizativa era, então, “o que vamos plantar”, “quanto vamos plantar”, era mais sobre a técnica do trabalho em si.

Uma outra causa eram as leis de parceria da roça comunitária que não davam para acertar com a forma de contrato legal que se fazia com as pessoas que participavam da experiência. Como já disse, não se sabia se seriam donos ou meeiros ou outra coisa.

A inexperiência de cooperativismo também influiu. O povo lá na região não tem assim uma idéia de cooperativismo, ao menos do tipo europeu, como era a idéia que podia estar na cabeça de quem era dirigente, porque era europeu.

O individualismo foi outra questão: o povo se une na hora do aperto, mas depois é cada um para si e Deus para todos. Mesmo sendo pobres.

Nem sempre as experiências de trabalho coletivo incluem a participação de mulheres e crianças como se deu neste mutirão na Diocese de Goiás.



Também havia a falta de uma consciência moral, política e religiosa desse pessoal que passou por lá. Eu insisto um pouquinho sobre isso porque acredito que para ter um trabalho desse, em conjunto, as pessoas precisam ser pessoas sérias, não pessoas que querem fazer carreira, senão, de uma certa maneira, jogam os outros para o mar, não se sentem companheiros mesmo.

Também as críticas. O pessoal de fora dizia: "Aí são todos comunistas", e mesmo os de dentro da Promoção tinham essa suspeita.

Tudo isso fez com que a experiência fracassasse. Venderam então a terra e o dinheiro da venda foi aplicado em benefício de obras paroquiais, como estava no contrato: compra de remédios, construção de casas etc.

Eu queria falar um pouquinho sobre outra coisa. Efetivamente, a coisa foi feita de uma forma um pouco paternalista. A Promoção, em alguns casos, deu quase tudo, até o carro para levar a mudancinha lá para a terra e eram uns vinte quilômetros de Jussara até a cidade. O pessoal, desse jeito, se acostumou a receber, só receber. Ora, as contas ficando no papel, chegou um momento que assustou e por isso alguns saíram. O medo também tirou outros de lá, por causa do barulhão que fez o processo que deveria expulsar gente. Acho também que nós andamos muito na lei, no papel. "A letra mata, o espírito é que vivifica", disse São Paulo. Não se fazem reformas estruturais sem o espírito que dê vida.

Essas são as minhas idéias. Agora, o companheiro que é lavrador está aí e pode falar.

Eu fui uma pessoa que participei lá já no lugar de um que tinha saído, isso foi logo no comecinho. Quando a gente entrou lá já tinha plantações de arroz, feijão e milho, todas grandinhas. A terra era bruta, então arrancaram os tocos de enxadão e araram a terra. Foi nesse periodozinho que as plantas estavam grandinhas, que ele saiu e eu entrei. Nessa época a Promoção só tinha comprado a primeira terrinha de dez alqueires.

Logo que nós combinamos de ficar firmes na terra, nesse trabalho tivemos um contrato com a Promoção que era o seguinte: aquelas pessoas que, depois de um prazo de três a quatro anos, tivessem a possibilidade de pagar a terra, receberiam o documento da Promoção. Com o correr do tempo, a gente mesmo propunha para os companheiros que faziam parte da Diretoria da Promoção que não daria para receber o documento em nome daqueles companheiros que estávamos vendo que estavam interessados em dividir a terra. O interesse deles era de serem donos da terra e depois dividir para cada um. Como a terra era estreita, mais larguinha no fundo e bastante comprida para dividir, ia dar um troço aí de uns sessenta por mil metros de altura. Nós vimos que isso não dava certo e fomos mudando nossas idéias.

Os companheiros que queriam dividir a terra, na hora que a gente se reunia para discutir, eles aceitavam, mas no fundo não aceitavam, porque quando a gente se encontrava, só nós, eles diziam: "Fui pensar o caso daquela reunião de ontem e acho que não vai dar certo."

Eram os dez alqueires divididos para três, mas os companheiros, que eram os primeiros, estavam lá pensando que o dinheiro era coisa do céu e eles já se imaginavam como pequenos proprietários. Muitos filhos dos companheiros já diziam: "Nós vamos comprar umas vacas em vez de plantar naquela região, meu pai disse que vai fazer um parzinho lá".

Os companheiros sempre iam ao contrário de mim, porque quando acontecia uma reunião que nós colocávamos os pontos positivos e negativos da experiência, todos queriam ficar com a terra sem divisão. Nem mesmo receber os documentos de posse da terra, ficando a terra no nome da entidade mesmo. Mesmo sem os companheiros quererem e falarem só por fora, nós fomos mudando de idéia, até o ponto de não termos nem contrato de valor, como já disse hoje o companheiro agente, uma coisa sem pé nem cabeça.



DIVIDE A TERRA
OU DEIXA EM COMUM?

Mais tarde um pouco, resolveu-se comprar outra terra. Foi quando entraram mais cinco companheiros. A terra era da mesma Promoção. As terras eram juntas, mas tendo uma divisão entre elas. A divisão era porque os três que entraram um ano primeiro já tinham a terra pronta e os cinco companheiros que entraram naquela terra nova ainda tinham que preparar tudo, arrancar toco, arar. Nós sempre tínhamos reunião com todos, mas a roça era dividida, até chegarmos no ponto de colocar ela em comum.

Depois que a gente mudou o sentido de não ficar com o contrato do começo, combinamos de pagar dez por cento da produção para a Promoção, porque ela era a dona da terra e precisava de algumas coisas, inclusive havia problemas de seca quando faltava água no poço.

TRABALHO COLETIVO E ACERTO DE CONTAS COM A PROMOÇÃO

O nosso trabalho na terra era coletivo. Às vezes tinha alguma discussão mesmo do sentido do trabalho. Às vezes o companheiro ficava nervoso, parava duas horas de serviço, ia em casa, depois voltava e a gente conversava e tornava ao trabalho. Muitas pessoas, quando entravam para lá, pensavam que já iriam ganhar tudo. Não sei bem que tipo de pensamento era o deles. Nós não tínhamos dinheiro e todas as famílias que entravam lá, já entravam devendo à mesma Promoção, porque eles forneciam para essas famílias até a colheita. A Promoção anotava tudo direito para ser pago no fim do ano. O companheiro não anotava e quando olhava no fim do ano: "Nossa, mas não está sobrando nada! Tirar de um ano de serviço só isso?!" Cada um tinha família com cinco, seis pessoas.

COMO SE ESCOLHEM OS PARTICIPANTES DA ROÇA

No começo foi mais por parte de uma pessoa interessada que começou o trabalho com um dos companheiros. Como gostou da maneira simples do companheiro trabalhar, a partir daquele pequenino trabalho, pensaram em convidar outros companheiros a participar de uma experiência com uma terra maior. Foi aí que surgiu tudo. Entraram três pessoas e depois apareceram muitos porque a gente sempre ia fazendo um trabalhozinho de base, com os grupos de evangelização. A gente estava preocupado com a história daquela experiência. Então, muitos chegavam lá e diziam: "Não, eu preciso entrar aí, isso é muito bom". Durante a experiência tiveram muitos que entraram e ficaram só três meses, seis meses. Se saísse um e não achasse outro que fosse conveniente seria bom que ficasse só naqueles que restavam. Acontece que o companheiro que estava lá dizia: "Não, nós precisamos de fulano, ele esteve cá, participou de dois mutirões com a gente". Como estes eram em mais pessoas ganhavam na proposta.

O pessoal que participava lá não tinha o mínimo nível de consciência. As pessoas iam com aquele espírito que oferece a sociedade, pensando em consertar a vida e que talvez se iriam tornar também pequeninos fazendeiros. A maior parte das pessoas era isso aí mesmo e quando viam que não era assim que ia ser, safam.



Movimento de Organização Comunitária (MOC)

As terras nas quais se realizam as roças são provisoriamente cedidas por alguém da comunidade, ou adquiridas pelo grupo com recursos comuns. Todo o trabalho é realizado coletivamente. Os participantes têm suas roças particulares, trabalham alguns dias por semana em troca de salários e, um dia por semana, trabalham na roça comunitária.

Relatores

Ildes Ferreira Oliveira e Ana Maria Tolentino de Oliveira, representantes da equipe de trabalho do MOC, Feira de Santana, Bahia.



Todas as atividades do MOC são pensadas e organizadas para serem comunitárias.

No ano de 1967, criou-se, na Diocese de Feira de Santana, um escritório técnico de assessoria ao clero em suas atividades pastorais. A equipe que se constituiu adotou a perspectiva metodológica de envolver sempre a população nas atividades realizadas e fazê-la participar também dos processos de tomada de decisão acerca de tudo aquilo que lhe dissesse respeito. Além disso, a equipe se propôs a desenvolver, na prática, uma ação de caráter ecumênico. Estas duas perspectivas desencadearam reações contrárias tanto por parte do clero quanto por parte da população. No caso da população o fato é que ela estava acostumada a um papel de "clientela", de aceitação pura e simples dos planos e programas dos agentes pastorais e, com relação ao ecumenismo, não tinha condições de compreender como um órgão da Diocese pudesse atuar neste sentido. A solução encontrada diante de tais obstáculos resultou na criação do MOC como entidade juridicamente autônoma. A princípio o MOC foi apoiado técnica e financeiramente pela Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), do Rio de Janeiro. Aos poucos a entidade procurou organizar-se de modo a enfrentar por si mesma as dificuldades que iam surgindo.

A CRIAÇÃO DO MOC

TRANSFORMAÇÕES NA PERSPECTIVA METODOLÓGICA DA EQUIPE DO MOC

Pode-se dizer que o MOC passou por três fases distintas que metodologicamente caracterizam-se como se segue:

Primeiramente, pensavam os agentes que o problema a ser enfrentado era a falta de conscientização do povo e que caberia aos agentes um papel de introduzir formas comunitárias que atuassem no sentido de melhorar a saúde, a produção etc.

No segundo momento, deu-se uma guinada de cento e oitenta graus e a equipe passou a pensar que ela é que teria que conscientizar-se e aprender com o povo. Foi um movimento salutar, em certo sentido, mas exagerou-se na perspectiva, ao ponto de sacramentar tudo o que vinha do povo e o resultado foi inibir-se a atuação dos agentes, o que mostrou ser um erro.

A partir dessas duas vivências simétricas, no entanto, chegou-se à atual proposta do MOC. Sabe-se hoje que "nós não somos lavradores, mas temos um papel e os lavradores têm outro". Esse papel é o de estruturar a união, a organização dos trabalhadores no sentido de transformar o que aí está.

O trabalho do MOC é muito grande. Atua-se em treze municípios. São setenta e duas comunidades de quinze a sessenta famílias cada uma, perfazendo um total de cerca de duas mil e quinhentas famílias. Dessas setenta e duas comunidades, cinquenta e duas são rurais e as demais são de periferia urbana. As atividades cobrem tanto a esfera da saúde, quanto da produção e da organização para venda e obtenção de produtos. Todas as atividades são pensadas, por parte dos agentes, pelo menos, e organizadas para serem comunitárias.

AS ROÇAS COMUNITÁRIAS E SEUS DESDOBRAMENTOS

As roças comunitárias foram introduzidas pelo MOC dentro da perspectiva segundo a qual seria válido incentivar novas formas de organizar-se, para produzir, desconhecidas dos trabalhadores.

Em seguida, pensou-se que não estava correto e começou-se a atuar no sentido de deixar que os próprios trabalhadores criassem a sua maneira de trabalhar. De fato, o que os lavradores da área tinham como costume de trabalho coletivo era o mutirão, ligado à festa, que lá é conhecido como "batalhão". Como não havia o costume de roça comunitária, os agentes se retiraram desse tipo de experiência. Mas, significativamente, os lavradores prosseguiram com a experiência e, hoje, há cerca de treze roças comunitárias na área de trabalho do MOC.



Sob alguns aspectos, as roças comunitárias variam de uma comunidade para outra. Existem comunidades que fazem a roça com o objetivo de angariar fundos para a comunidade. Por exemplo, numa comunidade com cerca de dezoito famílias, deu-se o fato de adquirirem um arado e um jegue para tração do arado. O trator foi adquirido diretamente com o produto da roça coletiva, da seguinte forma: plantaram e depois foram vender o produto para comprar o gado. Entretanto, a época da colheita é um tempo de abundância e o preço dos produtos era muito baixo. Armazenaram, então, o produto e deixaram para vender no tempo da escassez. Com o produto da venda compraram, então, o arado. Acontece que tudo bem com relação ao uso do arado, que era comunitário, mas e o animal de tração? Um ou dois ou três pessoas da comunidade tinham um jegue, mas não tinham condições de dispor de seus animais para o uso da roça coletiva. Fizeram então uma "caixinha" e cada um levava para as reuniões cinco, dez ou vinte cruzeiros, conforme as suas possibilidades, até que se pôde comprar o jegue, chamado, jocosamente, de "jegue comunitário".

Já outras comunidades usam o recurso vindo da roça comunitária para fins particulares. Acontece que, em geral, além da roça comunitária, eles têm a roça familiar e, como às vezes têm muitos filhos, o que a roça familiar produz pode não ser suficiente para passar o ano. Nestes casos, reúnem-se, discutem e resolvem dividir o produto da roça comunitária para suprir o que fica faltando. Qual é a atitude dos agentes quando isto ocorre? "A gente pode não achar muito bom, mas o que é que



Há cerca de treze roças comunitárias na área do MOC.

vai fazer? É melhor que eles tirem daquilo que eles mesmos produziram do que tenham que comprar depois por um preço mais alto”.

Outra questão é a dos dias de trabalho dedicados à roça coletiva. Cada chefe de família trabalha alguns dias da semana na roça familiar e, a maior parte dos dias, trabalha fora. É com o dinheiro obtido com o trabalho alugado que faz a feira para sustentar a família. Cada comunidade marca, então, um dia apenas, na semana, para trabalhar na roça comunitária. Alegam o seguinte: “A gente não pode trabalhar todos os dias na roça comunitária, senão a nossa roça fica abandonada. A gente tem um pedacinho de terra, tem que cuidar dele”.

Outro ponto de interesse é o da aquisição da terra onde se realiza a roça coletiva. “Sempre tem alguém na comunidade que tem um pedaço de terra maior. Este dá um pedaço para a roça comunitária. Ele não recebe nada pelo uso da terra e toda a produção é de todos, ficando o dono com a terra beneficiada. E eles sabem que é uma doação provisória, que, depois do uso, a terra volta ao seu dono. Cinco comunidades, no entanto, já compraram seu pedaço de terra para realizar a roça comunitária”.

A área da roça particular pode variar de dois a dez e até a vinte hectares. Numa parte plantam o feijão, o milho e a mandioca que são o básico na área, e alguns têm uma vaca para tirar o leite das crianças, outros têm ovelhas ou cabras. O tamanho das roças comunitárias varia em torno dos quatro hectares.

O processo de doação provisória de terra não traz complicações quando a atividade que sobre ela se desenvolve é o plantio, pois, uma vez feita a colheita, a terra volta sem problemas às mãos do dono. Na verdade, não se faz a concessão provisória somente para as roças coletivas. Há também as experiências comunitárias na área de saúde, as farmácias de plantas medicinais que constam de uma “parte verde”, um pedaço de terra onde se plantam ervas medicinais, tem quem cuide daquilo e passe medicação. A coisa fica mais problemática quando a utilização do terreno cedido se faz para fins de construção de casas de farinha ou depósitos de produtos comunitários. “Faz a casa em cima do terreno e não tem o título da terra. Se há um desentendimento, como é que fica? Teve um que tinha no terreno dele um depósito de armazenamento, desentendeu-se, e aí?!”

Outros problemas podem ocorrer e nem sempre os encaminhamentos dados pelos trabalhadores coincidem perfeitamente com o projeto dos agentes. É o caso dos



tratores de uso comunitário, alguns dos quais já existem até há quatro anos. “Se dependesse da gente, já tinha botado fogo, porque dá muita briga, não dá para atender todos os trabalhadores que precisam dele e consomem um tempo enorme dos encontros para discutir questões meramente administrativas quando se deveria estar discutindo outras coisas. Entretanto, a maioria não quer acabar, embora haja alguns, justamente aqueles com os quais a gente está trabalhando no processo de organização”.

Os projetos de roças comunitárias surgiram com o MOC num momento em que a proposta era a de modernizar a agricultura. “A palavra chave era modernização da agricultura. Isto é que ia resolver o problema do campo. Então começou-se por aí: fazer a roça comunitária com essa intenção de dar assistência técnica, demonstrar novos métodos de cultivo. Em alguns lugares isso deu até resultado do ponto de vista técnico. Em outros lugares o pessoal mostrou que os métodos primitivos eram melhores. Isto foi há uns dez ou onze anos atrás. Era uma perspectiva diferente da atual, de dar ênfase à organização dos trabalhadores com vistas à transformação da sociedade. Foi uma coisa que se aprendeu na prática”.

O trabalho das roças comunitárias tem-se ampliado nesse tempo. Houve flutuações, algumas pessoas saíram, outras entraram, mas o trabalho se ampliou. Hoje tem os “cabeceras”, substituindo as diretorias que havíamos introduzido no início, e que são os líderes, os que têm exatamente mais tempo de experiência no trabalho”.

Uma associação que não seguisse os moldes oficiais de uma cooperativa porque onde bota pinto e gavião no mesmo poleiro os pequenos fazem a força e os grandes é que levam. A APAEB é uma associação só de pequenos.

Muita coisa mudou, aliás: “No início a gente saía procurando as pessoas para formar grupos aqui e ali, querendo vender os projetos. Foi um trabalho enorme, ainda mais naquela época em que qualquer trabalho com grupos era suspeito. Agora, é o inverso. O pessoal já sabe e vem procurar. A gente tem é que pensar para não assumir aquilo que não tem condições de assumir”.



Voltando à proposta de modernização da agricultura, é importante dizer que houve caso em que se conseguiu aumentar até de cinco vezes a produtividade. Logo se viu, no entanto, que o caminho não era por aí, porque na hora de vender, o preço era muito baixo e o pessoal tinha mais prejuízos do que se tivesse produzido menos. Nasce então a idéia de construir depósitos comunitários para armazenar a produção e vender na entre-safra quando os preços são mais altos em virtude da escassez dos produtos. Mas o armazenamento também trouxe problemas entre os quais o da deteriorização da mercadoria. Tais problemas levaram a pensar-se na formação de uma cooperativa só de pequenos pois sabia-se, por experiência de cooperativa mesmo, que "onde bota pinto e gavião no mesmo poleiro" o resultado é que os pequenos fazem a força e acabam instrumentalizados pelos grandes, no caso, os fazendeiros da área. Algumas cooperativas de pequenos produtores procuram afastar os fazendeiros votando contra sua admissão, mas se o argumento não for bem fundamentado gera problemas pois a lei garante a todos o direito de associar-se. Portanto, a idéia de uma cooperativa nos moldes oficiais mostrou-se logo impraticável.

Passou-se então a discutir a idéia de uma associação que se encarregasse de comprar o produto dos lavradores e vendê-lo aos consumidores, e que, ao mesmo tempo, fornecesse aos lavradores arroz, açúcar, ferramentas, tudo o que eles não produzem e precisam, eliminando sempre a figura dos intermediários. Essa idéia surgiu nas reuniões dos Conselhos Comunitários, que existem em cada comunidade e se reúnem através de representantes, em encontros que se realizam periodicamente e dos quais participam também os agentes. Essa idéia foi discutida durante uns dois ou três anos e nesse tempo, como ninguém soubesse da possibilidade jurídica de uma associação deste tipo que não seguisse os moldes oficiais de uma cooperativa, encomendou-se um estudo a um grupo de advogados. O parecer foi positivo e logo formou-se a associação em julho de 1980. É a Associação de Pequenos Produtores do Estado da Bahia (APAEB) com dois postos de compra e venda, tudo devidamente legalizado e formalizado. A expectativa é que a Associação seja um instrumento de organização dos trabalhadores, por isso preocupar-se com a perspectiva de que ela seja pensada somente como um meio de conseguir comprar e vender em melhores condições. Por outro lado, a APAEB tem desenvolvido um bom entrosamento com as dispensas comunitárias, que são grupos de compras existentes nas periferias urbanas. Já tem havido reuniões onde se discutem problemas comuns aos trabalhadores do campo e da cidade.

Principais dificuldades de funcionamento das Roças Comunitárias:

Para tomar conta do dinheiro, o grupo escolhe uma ou duas pessoas. Acontece que eles costumam movimentar esse dinheiro e isso não agrada ao grupo. Não se trata de roubo. Ou ele vai "girar" o dinheiro, ou tem uma precisão, para comprar um remédio ou coisa assim, sempre com a intenção de repor. O grupo discute: "Se a gente botar no banco, vai ajudar o banco, assim não, na hora que precisa está aqui". Por isso prefere que fique com uma pessoa do grupo. Acontece que quem fica com o dinheiro e usa é porque está em dificuldades e muitas vezes fica difícil de repor.

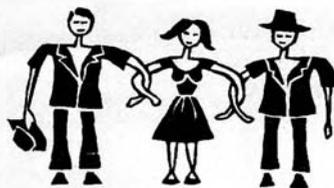
As anotações que precisam ser feitas também acarretam problemas porque em algumas comunidades ninguém sabe ler. Isso prejudica o processo de autonomia do grupo que passa a depender de um agente para assumir esta tarefa.

Os "cabeceiras", que são os líderes das roças, às vezes passam a ter um comportamento não condizente com os objetivos do trabalho.

Às vezes um chefe de família não vai trabalhar e manda o filho em seu lugar. Acontece que o filho não trabalha como um adulto e os companheiros não se conformam.

Também tem o caso de um participante trabalhar mais do que o outro. E o pessoal reclama.

Finalmente, é possível que a produtividade do trabalho caia quando o trabalho é coletivo, mas isso parece que não está sendo motivo de preocupações.



Casas de farinha e roças comunitárias de Alagamar

As roças comunitárias são realizadas em terras de propriedade dos usineiros, reivindicadas pelos lavradores. Os participantes têm seus roçados familiares e trabalham um dia por semana na roça comunitária.

As casas de farinha são construídas em mutirão com recursos do grupo e fazem parte da mesma estratégia de luta pela terra.

Relatores

Manoel Trajano Patrício e Manoel Batista dos Santos, lavradores, representantes da Arquidiocese de João Pessoa, Paraíba.

CACHORRINHO: O ROÇADO BARRANDO O CAPIM

A minha experiência é nova. Começou em 1979. O que nos fez parar e pensar em fazer uma roça comunitária na área de Cachorrinho foi o seguinte: morreu um morador e ele só tinha um filho, em São Paulo. Ficou então só a viúva. A área desse companheiro que morreu era de quatro ou cinco hectares. Ficava tudo rodeado de cana da Usina. Nessa área ficava ele e em redor os outros companheiros, também ao redor, tudo cercado de cana. Ele ficava bem no centro. Quando faleceu nós começamos a pensar: "Se a Usina plantar cana ali vai ser como uma cascavel para prejudicar a nossa situação". Resolvemos então fazer um roçado comunitário. Ninguém tinha experiência, mas achava que sendo um roçado comunitário a Usina não ia impedir. Sendo de um só ela ia impedir, mas sendo de todo mundo não ia-se meter.

O filho da viúva foi buscá-la e trouxe para São Paulo. A comunidade se juntou e plantou no terreno dela os cinco hectares de roça. E até hoje a Usina não pôde botar a mão no sítio, feito pelo povo e para benefício do próprio povo. Porque nós trabalhamos juntos, planejamos para fazer, para plantar, para ver como vai colher. São vinte e oito famílias em Cachorrinho. O pessoal trabalha um dia por semana na roça comunitária.

O terreno onde a gente fez essa roça não era do companheiro que morreu, que ele era rendeiro como nós. Porque se fosse de propriedade dele, nós não íamos botar a mão. A terra era da Usina, que nem a nossa.

Temos também a casa de farinha. Na época de vender arranjamos um comprador. O dinheiro é usado para uma viagem, para coisas da Justiça. Se ninguém tem o dinheiro para dar no flagrante, aí nós temos o dinheiro do roçado, da farinha. Se alguém adoecer, às vezes não tem possibilidade de comprar o remédio, aí damos aquele dinheirinho para ele. A casa de farinha foi com o dinheiro comunitário. Outra vez um senhor precisou de comprar palha para fazer uma choupaninha e saiu desse roçado comunitário. Precisou também para uma criança que adoeceu, que já ficou até boa, e o dinheiro saiu desse roçado comunitário. Ela tinha colocado uma semente no ouvido, a mãe não se apercebeu e inflamou. Teve que botar medicamento porque o médico não podia nem tirar a semente. Isso aí tudo, essas coisinhas que saem, são do fundo do roçado comunitário.

COQUEIRINHO: O ROÇADO GUARDANDO O SÍTIO

Na área de Coqueirinho aconteceu que um companheiro pegou uma doença e ficou paralisado. Não podia trabalhar por causa do cansaço, era morrendo e vivendo, quase todo dia indo para o hospital. A terra dele foi criando mato, a família dele com cinco filhos, todos pequenininhos. E a Usina quase todo dia passando lá, os fiscais, e olhando aquela área do companheiro que já estava no mato. Então nos sentamos uma noite e dissemos: "Bem, menino, é o seguinte: vamos tomar um destino e fazer



uma roça comunitária no terreno do companheiro. A Usina está com a visão em cima daquele sítio e nós temos que fazer alguma coisa”. Juntamos e fizemos outro roçadinho comunitário no sítio do companheiro. Lá é terreno da mesma Usina e nós somos rendeiros também. Fizemos o roçado no sítio e o companheiro continuou lá, vivendo e morrendo. Até que um dia apareceu um remédio que só um milagre, para ele tomar um ano todinho, sem falhar um dia, e, graças a Deus, já está melhor, já está trabalhando aos pouquinhos.

Quando a gente fez esse roçadinho, a lavoura já estava crescidinha, veio a Usina e resolveu fazer um teste. Parece que foi só para fazer um teste que ela usou daquelas pressões. Chegou batendo papo com ele e disse: “Você quer receber cem mil como indenização, para sair daqui? Você não pode trabalhar, eu lhe aposento. Você vai para Terra de Fogo, compra lá uma casinha e vai vivendo, e o sítio aqui...” Ele botou aquilo na cabeça, coitado, muito fraco pela doença, a situação financeira muito difícil para o lado dele, ele aceitou a proposta da Usina, sem ninguém saber. Quando foi um domingo pela tarde, chegou um companheiro e disse:

O TESTE DA USINA E A FORÇA DOS COMPANHEIROS

– Vamos se juntar para discutir um problema que está acontecendo. Parece que o fulano fez acordo com a Usina. A gente tem que ir lá o mais depressa possível.

– Vamos parar e vamos pensar, porque do mesmo jeito que nós respeitamos as intenções do companheiro, ele tem que respeitar as nossas. Ele, para fazer acordo com a Usina, realmente, o sítio é dele, mas o roçado é comunitário. Ele tinha que nos fazer ciente, para nós sabermos que providência fomos tomar com o roçado.

– Você não deve nem esquentar a cabeça porque, segunda-feira é noite da gente se reunir, nós colocamos a proposta e convidamos para ele vir conversar com a gente. Então, nós vamos ver qual é o problema.

No dia da reunião ele recebeu o convite e, sem a gente perguntar, foi tratando logo do assunto:

– Eu fiz acordo com a Usina. O que é que se vai resolver sobre o roçado comunitário?

– É o seguinte: o roçado não é meu, nem seu. Você joga a proposta para todos esses companheiros que estão aqui reunidos. Todos eles participam do roçado, todos têm que saber desse acordo. Agora, você devia ter considerado as nossas intenções.

– Eu fiz o acordo porque eu vivo fraco e a Usina me ofereceu cem mil, e eu vou fazer o acordo.

– Ó rapaz, pensa na tua vida um pouco para ver tuas condições. Para você passar para a rua... Aqui realmente tu vive doente, mas tem os companheiros, te dão bôia.

Os companheiros se juntavam e davam uma bóia bem completinha para ele. Agora, parece que a Usina só fez um teste com ele: "Olha, fulano, eu não tenho moeda legal, mas passo um cheque para você receber na agência do Banco em Itambé". Quando ele já estava com o cheque na mão, o doutor perguntou: "Seu fulano, e aquele roçado?" Ele disse: "É um roçadinho comunitário". O doutor então disse: "Ó, você faz o favor de entregar o cheque". Pegou o cheque e rasgou. Porque era um roçado comunitário, a Usina rasgou o cheque e disse: "Seu fulano, o senhor faz assim, se conseguir acabar o roçado comunitário, te dou cento e cinquenta mil. O acordo já estava feito, ele já tinha recebido o cheque para ir no Banco e tudo. Quer dizer, se não fosse o roçado comunitário, o companheiro tinha que ir embora. O roçado comunitário foi quem sustentou, e ele ainda está no roçado. Nós nos juntamos, fizemos uma casa de telha, que ele morava numa choupaninha de palha. Ele mudou-se na segunda-feira, vão fazer hoje oito dias.

Nós somos unidos. Realmente, eu vim de lá para cá mostrar isto para vocês e apresentar os frutos da união. Isto aí é fruto da união.

O ROÇADO COMUNITÁRIO E A LUTA COM A USINA NA JUSTIÇA

O roçado comunitário para esses caras grandes é tido como um bicho muito feio, porque eles não conseguiram ter o sítio na mão deles por causa do roçado comunitário. Isto é a experiência que eu tenho de roçado. Agora, se o rapaz tivesse saído seria pior a situação dele. Porque um agricultor, quando sai da terra para ir morar numa ponta de rua, eu não sei, mas acho que se tornaria um criminoso, porque ia matar os próprios filhos de fome. O agricultor é que nem peixe. Um peixe dentro d'água é muito valente, mas saiu da água, pulou fora na terra, qualquer pessoa acaba com ele, domina, e acaba em um segundo.



Para nós também ia ser pior, porque íamos perder mais um companheiro da luta. São vinte e dois, se ele saísse ficavam vinte e um. Quer dizer, menos um.

O foro, nós não estamos pagando. Parou o movimento de pagar renda porque a Usina entrou com ação de despejo. E esse tempo todo que ela entrou com ação de despejo, eu acho que nós não temos o direito de pagar o foro, numa situação dessas. O problema começou em 76 quando a Usina se apresentou como tendo comprado. Em 78 ela entrou com ação de despejo. Agora, a roça comunitária só começou em 79. Mesmo esse companheiro, a quem ela ofereceu cem mil, não pagou nada de foro esse tempo todo. Porque nós temos um processo no INCRA e, se não me engano, em Brasília. Então, se a Usina consegue tirar três, quatro ou cinco, atrapalha o nosso lado no processo.

OS AGRICULTORES, OS AGENTES DE PASTORAL E O MOVIMENTO SINDICAL

O presidente do Sindicato é o seguinte: eu acharia que é uma desconsideração minha, como sócio de uma classe, querer desclassificar o meu presidente, mas o primeiro presidente, quando começou esse processo foi até contra. Foi testemunha da Usina contra nós. Mas houve uma eleição e ele saiu. Agora tem outro presidente e esse sempre movimentou-se ao nosso lado. Ele só é meio contra a Igreja. Ele não acredita bem assim na Igreja. E tem o padre da nossa Paróquia e tem o nosso advogado que é da OAB de Goiânia. Lá tem também agente de pastoral que frequenta a nossa área, mas o dono da bola é o agricultor. Acho que não é Igreja, nem agente de pastoral. Para arrastar, para empurrar não tem ninguém. Todas as decisões são tomadas pelo agricultor. Mas quando a gente começou, não tinha essas experiências de Sindicato, que a gente julgava que era sempre pagar e acabou-se; quando ninguém via nem o Estatuto da Terra, aí foi quando começou esse agente de pastoral que frequentava lá e deu essa idéia: "Vocês devem ir ao Sindicato, procurar os direitos de vocês. Vocês já moram nessas terras há cinquenta, sessenta anos". Eu que sou dos mais novos, cheguei em 54, na morte do Presidente Getúlio; parece que foi no próprio dia que ele morreu. Então o que ele disse foi isto, para procurar nossos direitos no Sindicato, na Federação e continuar nossa luta dentro do Sindicato. Mas, que tinha agente de pastoral que chegue lá e diga "você vai fazer isso, e ninguém concorde", não, não tem.

Agora, no dia 23 de agosto vai ter eleição da chapa de oposição do Sindicato. Essa chapa dois surgiu, o presidente é um dos moradores. Eu já estava na chapa do outro, mas como suplente de conselho fiscal, não valia nada. Mas, nessa agora estou como fiscal. E todos os doze dessa chapa agora são da nossa comunidade. Esse presidente que está agora era agricultor como nós, não de nossa área, mas de outra área em conflito também. Mas desde que ele ganhou e foi assumir a presidência, ele largou o sítio e foi morar na cidade. Eu acho que ele não deve mais ser presidente, porque para ser presidente tem que ser agricultor, sofredor. Não importa se hoje estou sofrendo, mas melhorei de situação. Se não tiver bem consciência, vou ser contra os meus companheiros.



O agente de pastoral deu essa idéia: "Vocês devem ir ao Sindicato, procurar o direito de vocês".

O problema de Alagamar é o seguinte: nós éramos foristas, pagávamos foro por ano e não plantávamos o que queríamos, porque o antigo proprietário só aceitava que nós plantássemos lavoura branca: algodão, feijão e milho. Roça de mandioca, ninguém plantava.

Quando o velho proprietário faleceu, deixou treze mil hectares cobertos de gado e deixou um administrador que ficou lá um ano, enquanto resolvia o problema da terra. Passado esse ano a gente foi pagar o foro. O antigo proprietário anotava pra gente, num talãozinho, que o foro tinha sido pago. Mas esse administrador não anotou nada. Muitos receberam o papel e não disseram nada, mas teve alguns que perguntaram: "Por que aqui não tem o nome de nada? Aqui não está constando que a gente está pagando o foro". Aí começou...

O povo foi ao Sindicato, e lá mandaram perguntar no Cartório se aquele papel tinha validade. No Cartório, então, disseram que não estavam achando que aquilo era foro. Aí, botaram pra render.

Depois de completar um ano que o pessoal tinha ido ao Sindicato, o administrador chegou e disse: "Olha, pessoal, a terra foi vendida", e chamou o povo para uma reunião. O povo foi e não gostou da proposta dos novos proprietários, porque eles queriam plantar cana, capim e separar manga para o gado. Sendo agora sete proprietários, ficava bem pouca terra para cada um. Mas mesmo assim, bem pouquinho, eles queriam dividir com cerca e botar uma manga aqui para o gado, e outra ali, bem pouquinho, para o pessoal trabalhar três anos lá. Ora, a gente lá trabalha um ano e no outro já não dá mais nada. Tem que mudar de canto porque já não dá mais. Para trabalhar três anos num só lugar e depois mudar, o povo não aceitou. O povo não

O FORO, A TERRA E O DIREITO



Juntando homens, mulheres e crianças que iam construir a casa de farinha, dava oitenta, às vezes até duzentas pessoas.

queria que eles fizessem as cercas, mas eles começaram a fazer. Veio o engenheiro, marcou, dividiu as terras para os proprietários novos.

O povo entrou então com uma ação na Justiça, para ver o direito que tinha. Foi ao Sindicato, à Federação e entrou com a ação na Justiça.

O administrador ficou do lado dos novos proprietários. Um dia chegou e falou: "Aqui nós vamos plantar capim". Era uma área de onde tinha saído uma porção de gente, quando morreu o antigo proprietário. Estava desocupada. Aí o pessoal disse: "O quê? Plantar capim?" Juntou todo mundo para pensar o que é que nós vamos fazer. "O que devemos fazer é limpar o terreno e plantar o nosso plantio antes que eles plantem o capim". Todos concordamos e fomos limpar. Limpamos e plantamos bananeira e algodão. Aí, acharam ruim porque plantamos. "Não! É assim mesmo. Aqui não se planta capim, não".

No meio dessa luta pensamos em construir uma casa de farinha para segurar mais o negócio para nós. Chamamos todo o povo para ver se dava. Todo mundo concordou que sim. Dentro dos treze mil hectares eram setecentas famílias, mas que participavam da casa de farinha eram as famílias das três áreas de Piacas, Maria de Melo e Alagamar. Juntando os homens, as mulheres e as crianças que iam fazer a casa, dava oitenta, às vezes até duzentas pessoas. Mas a casa de farinha ficou para trás, porque primeiro tinha que plantar a roça de mandioca para segurar a terra. Todos concordaram que seria construída a casa de farinha no terreno de um morador, da mesma luta nossa. Era uma casa enorme com dois fornos.

Começamos a plantar a roça de mandioca. Eles diziam: "Não plantem que nós vamos soltar o gado em cima". Mas todo mundo plantou. No começo, cada um plantava na sua, mas depois fomos plantar na roça comunitária. O terreno era pequeno, não dava nem um hectare. Em um dia, cinquenta e dois homens plantaram três mil covas de mandioca.

Quando a roça estava quase toda emandiocada, veio um proprietário com três capangas armados de revólver. Nesse dia o pessoal estava limpando a roça. Vieram e perguntaram: “Com ordem de quem vocês plantaram a mandioca?” “Com ordem de nós mesmos”. O proprietário não saiu do carro, só os capangas, e lá do carro ele gritou para os capangas arrancarem a roça toda. Eram cinquenta e dois homens com enxada na mão. Uns quiseram esquentar mas a gente disse: “Não, ninguém vai esquentar, vamos ver a reação deles”. Os capangas meteram a mão na roça, arrancaram a roça todinha e deixaram as mandiocas em cima da terra. Os cinquenta e dois homens ainda quiseram arrodar o carro, mas uns foram segurando e não deixaram ninguém mexer com eles.

Logo que eles foram embora, o pessoal pegou as enxadas, botou nas costas e tocou para o Sindicato, para a Federação e puseram ação na Justiça.

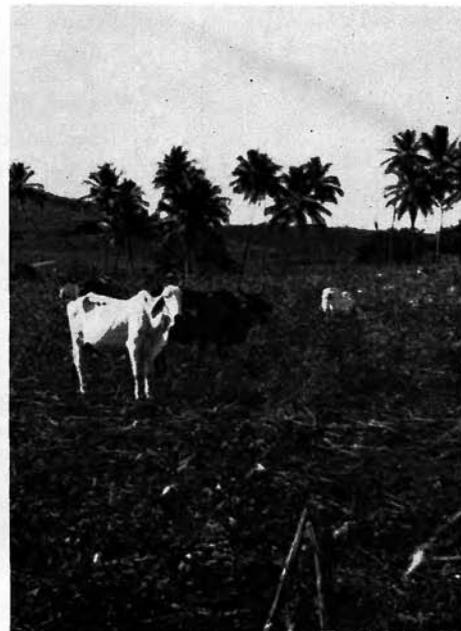
No mês de novembro, os proprietários soltaram o gado no cercado, mas o cercado todo esburacado, o gado passava e ia comer a roça. Nós tocávamos o gado, jogávamos no cercado e avisávamos a eles que trancassem o cercado para o gado não comer a roça. “E quem mandou vocês plantarem roça de mandioca?” Começaram, então, a botar pistoleiros para nos tocaiar na hora de rebater o gado da lavoura. Aí chamamos todo mundo para derrubar o cercado todo. Foi quando vieram os pistoleiros de novo. Eram quatro e nós éramos trezentos, contando homens, mulheres e crianças. Os pistoleiros estavam armados, mas não puxaram arma para ninguém. Quando se afastaram, chegou a polícia, botou as armas em cima da gente e foi mandando parar tudo. Não conseguimos mais derrubar a cerca e fomos embora. Eram uns oito policiais.

Quando fazíamos um negócio assim, corríamos logo na Justiça, para todo mundo ficar ciente do que estávamos fazendo.

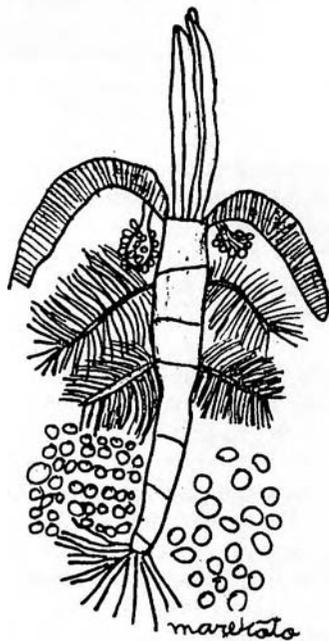
A roça comunitária está continuando. Além da roça de cada um, nós temos a roça de mandioca e a roça de bananeira e algodão. O pessoal trabalha um dia por semana na roça comum. Agora, se um não pode ir, se tem que viajar, ou se fica doente, a gente dispensa, mas outro no lugar dele não vai. E ninguém recebe dinheiro lá; o dinheiro é guardado. O pessoal continua o mesmo que era, não mudou ninguém. Nunca teve nenhum que saísse. Teve uns que entraram para uma Cooperativa que o Governo criou lá, para atrapalhar o nosso movimento, mas eles já eram contra nós.

Devemos plantar o nosso plantio antes que eles plantem capim.

Mas o gado sempre solto, comendo toda a lavoura.

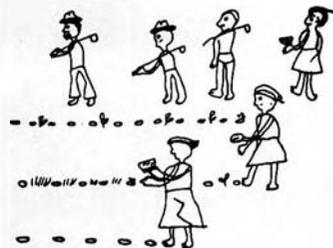


Voltaram com a polícia,
apanharam todos os cocos já
colhidos.



DESFUTANDO OS COCOS ENQUANTO A DESAPROPRIAÇÃO NÃO VEM

Aí inventamos outro plano; ajeitar a casa de farinha e limpar outra roça comunitária, noutra campo, para plantar novamente. Mas o gado, sempre solto, comendo toda lavoura. Tinha então uns coqueiros e eles estavam justamente tirando os cocos para, com o dinheiro, comprar a polícia para que ela viesse impedir a gente de fazer o serviço. Combinamos, então, de tirar os cocos. Nós mesmos é que havíamos plantado os coqueiros na época do antigo proprietário. Ele nem pagou, tinha apenas dado um agrado por cada pé de coco, e com isso, desfrutava os cocos. Quando chegou, o novo proprietário se pôs a fazer o mesmo. Aí tivemos essa idéia e fomos desfrutar os cocos. Quando estávamos lá, chegaram três pistoleiros e mandaram descer. Uns correram, outros ficaram ali mesmo. Mas o povo foi andando para o lado deles e eles se afastando, de costas até irem embora. Depois voltaram com a polícia, apanharam todos os cocos que já tinham sido tirados, uns quatro milheiros, e foram embora. Voltamos a tirar coco e conseguimos ficar com uma parte. Na Justiça discutiram se a gente estava roubando o coco. A gente dizia que estava apenas desfrutando o que a gente mesmo tinha plantado. Mas perdemos a causa e não tiramos mais coco.



Aí fomos pedir um decreto de desapropriação dos treze mil hectares. Fomos à Federação e fizemos um abaixo-assinado ao Governo. Quando o Presidente da República foi a João Pessoa, juntamos três ônibus e fomos lá pedir a desapropriação dos treze mil hectares. No fim do dia disseram que a terra estava desapropriada e o povo fez uma grande festa. Mas quando chegou a relação, eram somente dois mil hectares. E isso não dava para dar um lote de vinte e cinco hectares para cada um, que é o módulo da Região. E assim ficou, sem solução.

Nota:

Todo o relato de Alagamar foi muito centrado nas atividades comunitárias como forma de resistência pacífica no sentido de manter o controle sobre as terras de plantio. Por isso o relato foi entrecortado de discussões acaloradas acerca da tática da não violência que caracteriza a resistência dos camponeses na área. A isto se deve o fato das informações sobre o funcionamento da roça mesmo terem ficado em segundo plano. Mas esse contexto deverá ser retomado oportunamente, pois ele é absolutamente significativo.

Uma proposta de coletivização para Areia Branca

Um grupo de famílias ameaçadas de perderem suas posses organizou-se para enfrentar a questão na Justiça por meio de uma ação de usucapião coletivo. A partir dessa experiência, e por iniciativa de agentes de pastoral, passaram a discutir uma proposta de coletivização da terra, do trabalho e do produto do trabalho.

Relator

José Guedes, lavrador e agente de pastoral da CPT-RJ, representante de Areia Branca, Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro.

Eu cheguei lá em 1972 e comprei uma posse de um senhor lá... O terreno era pantanoso, eu drenei aquilo tudo, destoquei e fiquei lá muito tempo. Depois mais ou menos sete anos, apareceram uns japoneses dizendo que eram donos. Foram na minha casa em 1979:

– Olha, se quiser trabalhar tem que fazer um contrato.

– É, mas eu pago meu cadastro no INCRA, não vale nada, mas eu pago.

– Oh! cadastro no INCRA? Então fica à vontade do trabalho.

Quando foi no Carnaval de 1980, voltaram. Queriam que as famílias se reconhecessem como meeiros, parceiros.

– Não, ninguém aqui é meeiro. Se é meeiro, qual é a assistência que vocês dão?

Mas, um dos homens era do Rio, e tinha barraquinha no CEASA e toda mercadoria daquele pessoal ia para eles. Então eu fazia parte do Círculo dos Trabalhadores Cristãos em Japuíba e sempre estava lá na Diocese de Nova Friburgo e falei com o padre. Eu não sabia que tinha Pastoral da Terra. O padre disse que era melhor falar com o representante da Pastoral da Terra e ele resolveria isso. Entrosei com a Pastoral e eles começaram a ir na área, fazer reuniões. Chamavam os companheiros, mas como eles não estavam sendo atacados, só iam dois, três, quatro, quando muito iam dez e o resto ia na sombra do boi... Quando foi em 80 eles começaram a levar uns papéis para a gente assinar.

Traziam a polícia junto. “Assina aí!” O cara não sabia assinar, botava o dedo. Eles começaram a botar um pedacinho de cerca aqui, outro ali. Depois começaram a roçar para cercar tudo e botar boi. Aí o pessoal se uniu mais, fomos para o Sindicato, falamos com o presidente. Um dia, tinha um cara roçando para botar cerca, aí a gente foi e disse: “Olha, compadre, você é amigo nosso, ou você pára, ou o negócio vai ficar feio, porque você é que vai pagar o pato”. Ele largou tudo e foi embora. Aí o Sindicato chamou os homens para conversar. Houve aquela discussão, eles diziam que nós éramos invasores, o advogado dizia que não, que tinha gente com mais de dez anos.

A Pastoral então propôs à gente de entrar com uma ação de Usucapião. Ninguém lá entendia nada disso. Então fomos pedir ao próprio Sindicato que fizesse a ação de Usucapião. Chegamos lá e a própria diretoria não queria que a gente fizesse o Usucapião porque era muito caro. Fomos de novo à Pastoral da Terra e lá eles conseguiram saber que era possível o Usucapião Coletivo. E foi em cima desse assunto do Usucapião Coletivo que surgiu a idéia da roça comunitária. Não era cada qual no

ANTECEDENTES DA LUTA

DO USUCAPIÃO COLETIVO
À PROPOSTA DE
ROÇA COMUNITÁRIA

seu pedacinho, não. Fizemos uma roçada, todos nós juntos e ajudamos o agrimensor a fazer a medição da terra. Esse processo de medição está demorando: a primeira medição não deu certo, estamos tentando de outro jeito.

A terra lá deve ter mais ou menos vinte e seis alqueires de área e o terreno é um pouco difícil, porque os morros são sapê e as baixadas são alagadas. Nós precisamos de draga. Já fomos ao DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento) e não sei quantas vezes prometeram, prometeram e ficam enrolando. Então, é o seguinte: não temos situação financeira, porque os posseiros que moram na área têm que trabalhar assalariados para sobreviver. Então eles não podem cultivar a terra: se passar dois dias sem trabalhar assalariados a família vai passar mais necessidade do que já passa. Então é o seguinte: estamos num projeto de arranjar dinheiro da roça comunitária no exterior. Dinheiro para comprar trator, casa de farinha, caminhão e para sobrevivência, enquanto faz a roça. O nosso pensamento lá é fazer tudo em conjunto, então separar meio hectare para cada casa. Aquele meio hectare ninguém mexe — é do dono da casa. O resto do terreno é todinho da roça comunitária. Vamos plantar diversas coisas. A mandioca, se não dá para sair tudo, desmancha em farinha e come em casa. As outras coisas vende diretamente nas comunidades e Associações de Bairro, porque para plantar e vender para o CEASA, é melhor não fazer nada, que vai só dar para os outros e não vamos trabalhar para nós.

RESISTÊNCIA DOS POSSEIROS À IDÉIA DE COLETIVIZAÇÃO

Mas o pessoal estava muito difícil de entender sobre a roça comunitária e aí surgiram os problemas. Quer dizer, eu fazia uma reunião com eles, explicava, todo mundo cheio de dúvidas:

— Puxa, mas isso tem que trabalhar todo dia? E se a família da gente adoecer, o que vai fazer?

Digo:

— Nós vamos trabalhar em comunidade. Para isso, você vai ter dinheiro para ir ao médico se tratar.

Vinha o outro e:

— Mas se a mulher adoecer, a gente não pode sair.

Digo:

— Por que é que não? Nós estamos fazendo isso para poder levar a sua família ao médico e mais.

Outro se levantava:

— É, mas se eu adoecer?

Digo:

— Não tem problema, é a mesma coisa.

Outro:

— É, mas há quem trabalhe menos do que outros.

Digo:

— Não há problema. O que tem que ele trabalhe menos do que eu? Trabalho mais um pouco, cobre o serviço. Você trabalha mais um pouco, cobre o serviço, certo?!

Esse problema não vai aparecer pelo seguinte: o nosso motivo lá, de fazermos a roça comunitária, é para nós trabalharmos menos, não mais do que estamos trabalhando. Porque se nós trabalhamos oito horas por dia, vamos passar a trabalhar seis horas por dia. Nós precisamos conversar com os companheiros, porque se a gente trabalha dez horas por dia, tem tempo só para o trabalho, não vai ter tempo para falar com um companheiro de uma outra área. Nós cobramos, não é trabalhar desarrazoado, é trabalhar arrazoado e ter tempo para fazer as coisas. Nós achamos que vai ser possível trabalhar menos de oito horas por dia porque, na minha área, nós respeitamos



as posses, não tem cerca, não tem nada. Eu tenho quatro alqueires, outro tem dois alqueires, outro tem só um hectare, certo?! Eu não posso cuidar dos quatro alqueires, mas aquele que tem um hectare, ele não tem onde plantar. Então, se juntar vinte homens em vinte alqueires de terra, eles podem dar conta de trabalhar só seis horas por dia. Tem que diminuir a jornada de trabalho, que um homem não pode viver só do trabalho. O ser humano tem que ter tempo de fazer outras coisas, porque só trabalhando, enterrado na roça, ele não vai pensar em mais nada. Vai pensar só em trabalhar, comer e dormir. Então isso não é vida para um ser humano. Ele tem que ter o seu tempo para lazer, tempo para ir na casa de um companheiro falar, fazer com que ele entenda o trabalho que estamos fazendo junto à comunidade, e outras coisas que é necessário na nossa vida.

Mas, nós estávamos nesse caminho, estava tudo certo, entrando cada qual com seu dinheiro, porque sem capital, nada feito. Aí tivemos uma reunião com a CPT, justamente para trabalhar em cima disso, e tivemos uma grande surpresa sobre o assunto. Quer dizer, eu já tinha ouvido uma conversa assim:

— Isso não é negócio de comunista?

Digo:

— Você não entende o que é comunista, como é que você vem falar se é negócio de comunista? A gente precisa é viver uma vida decente e poder comer, beber, dormir e vestir, que eu não posso fazer isso.

— É, mas não é negócio de subversão?

Digo:

– Esquece, você já leu algum livro sobre comunista, subversão?

Então eu tentava explicar isso e de vez em quando aparecia um problema. E, como eu ia dizendo, no dia da nossa reunião, que a gente estava quase fechando o esquema para adquirir a terra, os homens vieram com aquela surpresa:

– Olha, nós não queremos.

Nós achamos estranho, porque já estava tão seguro:

– É, você já pensou quando começar a entrar máquina aqui? Esse pessoal vai perguntar de quem são essas máquinas.

Digo:

– Escuta, quando o rico compra dez, doze caminhões, vocês vão perguntar a eles de onde é que veio?

– Não.

– Então é a mesma coisa que a gente. Não temos satisfação a dar a ninguém.

Aí, sempre aparece outro e diz:

– É, nós não queremos porque é o seguinte (tirando a sandália de dedo): essa sandália mesmo, já pensou em dividir por 20?

Digo:

– Não queremos que divida por vinte, queremos que cada qual tenha um par de sandálias.

Aí, outro virava:

– É, na minha casa, é pobre, mas no dia que eu quiser comer arroz e feijão, eu como. Quando a mulher quiser comprar carne, ela compra. Quando quiser mudar outra comida, muda.

Então, eu falei:

– Fulano, você está interpretando mal. Você acha que alguém está se opondo a você comer carne ou feijão? Ninguém vai mandar na sua casa, ninguém vai dizer o que você tem de comer ou fazer na sua casa.

Houve uma ligeira discussão, todo mundo quieto...

– Não, nós vamos fazer o seguinte, nós vamos dar um mês para vocês pensarem nisso.

No meio da semana, me procuraram:

– Nós decidimos fazer a roça comunitária.

– Por quê?

– Porque se não fizer não sai também o Usucapião Coletivo.

Se fossem fazer processos individuais ia demorar muito e até lá poderia ser que já tivesse perdido a terra.

Digo:

– Mas, se é por causa do Usucapião, eu não aceito a volta, aí não vai ter sentido nenhum, porque vocês vão fazer só por interesse do Usucapião e depois, se vocês cismarem de tirar cada qual o seu pedaço... não vai poder.

Esse projeto estava para ser financiado mas, como eles tiveram esses problemas, então nós ficamos em dúvida de pegar esse recurso e depois do trabalho, eles abrirem, aí seria um colapso, todo o trabalho perdido. Então nós resolvemos trabalhar mais em cima disso: conscientizar melhor o pessoal para se poder fazer esse tipo de trabalho.

CONSCIENTIZAR
O PESSOAL...

Mas, nesse mesmo tempo, apareceu o pessoal de Lins, do IPPH. Perguntaram: "O que é que vocês precisam?" Imediatamente, eu digo: "Um trator e dinheiro para sobrevivência para poder trabalhar. Porque o pessoal trabalhando fora, não pode cultivar o terreno. O nosso terreno lá está com noventa por cento das terras sem plantação. Isso pega muito mal". É isso, fizeram o projeto e sei que se pediu: um trator, um caminhão, dinheiro, fábrica de farinha, um miniposto de saúde e uma sala de reunião. O projeto parece que foi enviado, não sei se foi aprovado ou não.

Não sei também qual o tipo de política deles, porque interessa muito, a política faz diferença no assunto. Porque eu estou vendo esse projeto, igual ao deles lá de Jussara. Deu o dinheiro e não conscientizou o pessoal para receber essa ajuda...

Nós não temos nada, se recebemos uma ajuda, que seja de Igreja, de onde for, se nós vemos que melhorou a situação, e nós vemos um companheiro ali, nós temos obrigação de ajudar, conforme fomos ajudados. Eu acho que qualquer tipo de serviço comunitário tem que ser assim: quando um melhorar, ajuda o outro que está pior. O dinheiro que der, é botar numa conta conjunta, num banco, para ajudar quando alguém precisar. Eu creio que deva ser assim; não dividir logo para um e para outro logo que colheu, mas botar o dinheiro numa conta.

Porque, pensa bem, se nós temos uma roça comunitária, e tem tudo em casa, porque ficar com vinte milhões? Não, bota numa conta conjunta lá, quando alguém precisar para fazer alguma coisa, o pessoal se reúne, discute e vê o que é preciso. O pessoal não vai dizer não, porque aquilo é de todos. E se tem que tirar naquele limite que todo mundo sabe o que toca para ele, certo!



“Trabalho engrupado” na Sociedade do Divino Pai Eterno

Trata-se de uma comunidade religiosa que utilizou-se do trabalho coletivo para fins de apossamento e defesa da terra. O trabalho coletivo se restringe à derrubada, mas por desconhecimento, a experiência foi tomada muitas vezes como exemplo de coletivização da terra e do trabalho. O grupo organizou sua experiência sem interferência de agentes externos.

Relator

Padre Ricardo Rezende Figueira da Prelazia de Conceição do Araguaia, Pará.

A MENSAGEM DO DIVINO E A ORIGEM DO GRUPO

A comunidade do Divino Pai Eterno organizou sua experiência à margem de qualquer interferência externa ao grupo. Formou-se em torno de uma senhora cuja liderança se expressa na narrativa que ela mesma faz.

Há muitos anos atrás, quando ainda morava com sua família na cidade de Goiânia, em Goiás, e poucos dias depois da morte do marido, foi acometida de uma grave crise que a jogou por terra e a deixou muito tempo fora de si. Nesse tempo, recebeu uma mensagem do Divino no sentido de “levar o santo para as matas do Pará”.

“Eu fiquei preocupada. Sem o marido, só as crianças e a comadre. Ai Deus me ajudou, e um velho e um homem resolveram vir juntos.

Vim, sem olhar para trás, como Ele mandou. Ajuntou na minha casa tanta gente que nunca pensei. Ficava pensando que era certo mesmo. Viemos pelejando. Quando chegamos em Paraíso, norte de Goiás, um moço, que era delegado, me atacou. Eu estava numa casinha de palha e meu povo para trás. Eu sempre vinha na frente.

Os homens foram cercando, cercando. Fiquei dentro de um círculo. Ali, todos com as armas de frente. Doze armas. Queriam matar. Davam tiro e não acertavam. Falavam que um dos meus apóstolos ia me negar três vezes, como fizeram com Jesus. Um deles, de fato, falou que não vinha comigo, que vinha como pedreiro. Negou três vezes.

Em Santa Luzia, no Maranhão, nos roubaram tudo. Roubaram até a Igreja (1) e todos os santos.

Vimos pelejando, com fome, e depois que chegamos ao Pará, no ano seguinte, já tínhamos fartura” (2).

*Cultura boa excelente
Plantamos as roças bem contente
Colhemos muita fartura
Milho e arroz na tulha
Mandioca na roça inteira
Concluir nossa aventura (3).*



(1) Miniatura de Igreja, mandada construir pelo Divino para carregar o Santo.

(2) Depoimento de D. Ana Nunes Vieira, gentilmente colocado a nossa disposição pela Prelazia de Conceição do Araguaia.

(3) Estes versos e os que se seguem são de Antonio Nunes Cabral, filho de D. Ana Nunes Vieira. Também nos foram cedidos pela Prelazia de Conceição do Araguaia.

O grupo chegou a Santana, no sul do Pará, em julho de 1962. Dirigiu-se para a localidade de Suçuapara que, segundo informações obtidas junto aos moradores do lugar, era uma área de terra devoluta. Alguns anos depois de estarem trabalhando, começaram a ser pressionados pelos donos da fazenda Manah que diziam ser aquela área pertencente à fazenda. O grupo se recusou a sair, dizendo que a terra era do Divino e que o grupo estava ali, vivendo e trabalhando há muito tempo.

*Depois dessa tentativa,
Nós ficamos todos firmes.
O fazendeiro moveu ação
Com processo de reintegração
No Cartório, reconhece a firma.
O Juízo nos intimou
Com mandato de citação.*

Nos anos seguintes, as pressões foram crescendo. O grupo ficava muitas vezes impedido de realizar suas plantações e muitos tiveram seus barracos queimados. Por força dessas pressões, muitas famílias foram se retirando. A fazenda pressionava diretamente a família da líder da comunidade, tendo nos filhos desta os principais enfrentantes. Estes contavam com alguma experiência militar, construída no tempo de serviços prestados ao Exército e tinham também uma vivência urbana, de modo que foram levando a luta tanto a nível de ações legais, quanto em termos de enfrentamentos armados, pelo que se defendiam dos ataques sistemáticos da fazenda. Num desses enfrentamentos morreu um pistoleiro e, quando a polícia passou a apoiar a fazenda, ficou ferido um soldado.

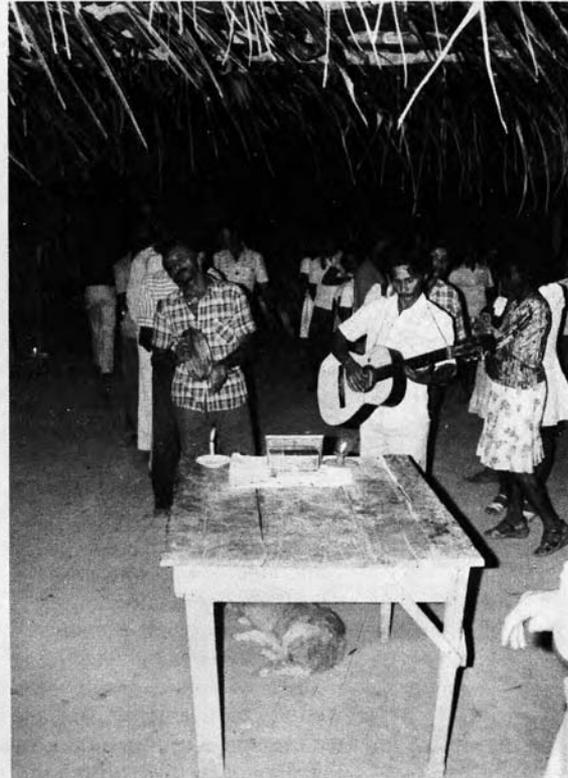
*Já recorremos todas Justiças
De Brasília pra cá.
Primeiro foi em Conceição,
Segundo Belém do Pará,
Terceiro foi em Brasília
Com o Ministro do Incra falar.
O fazendeiro com muito ódio*

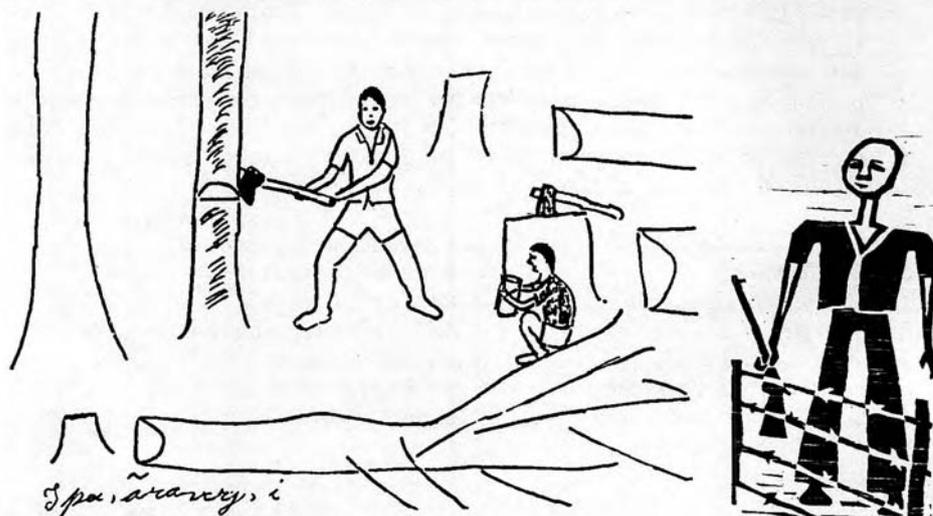
*Continuou a pressionar
Comprando caro a Polícia
E mandava nos matar.
A Polícia recebia o suborno
Sem o Juízo mandar
E obrigava posseiros
Suas casas queimar.*

A mensagem do Divino: "levar o santo para as matas do Pará".

A coesão da comunidade se expressa nas rezas e festas religiosas.

Reza-se três ou quatro vezes por dia.





Ocupação e defesa coletiva da terra não significa produção coletiva.

Quando o conflito se acirrava as mulheres e crianças eram levadas para a capela, no patrimônio. Alguns homens eram destacados para protegê-las e os demais ficavam na mata defendendo as roças e as casas. Foi então que um dos membros da comunidade, pressionado, resolveu deixá-la e vender sua posse à fazenda. O grupo descobriu o negócio e soube que a fazenda ia mandar um grupo de homens fazer a derrubada para tomar posse do lote. Ora, nessas alturas os lotes não eram demarcados e se a fazenda fizesse o serviço poderia se apossar de boa parte das terras da comunidade. Esta, então, organizou-se e fez ela mesma a derrubada, antes que a fazenda o fizesse.

O "TRABALHO ENGRUPADO" E A COESÃO DO GRUPO

Começa então o que eles chamam de "trabalho engrupado". Enquanto uns realizavam a derrubada, os demais ficavam de tocaia, vigiando a chegada dos homens da fazenda, com armas e cachorros. Mesmo os que trabalhavam tinham perto de si suas armas e as funções iam se revezando.

*Trabalhamos engrupados
Todos os dias em mutirão.
Uns vigiando quem trabalha
Defendendo das tucalhas*

*Astúcias e perseguição.
Dia inteiro no serviço
E à noite, em casa de plantão
Pistoleiro aqui, sofre que só o cão.*

Assim, coletivamente, fizeram a derrubada e, a partir daí, dividiram a área em lotes, e cada família foi plantar no seu pedacinho de terra dentro da área derrubada. Cada família conservava, ao mesmo tempo, outra roça feita em outro ponto da área, an-



tes de ter que se ajuntar para impedir a fazenda de se apossar da área contígua à posse vendida.

A coesão da comunidade em torno da liderança se expressava na defesa conjunta da terra e nas rezas, que em número de três ou quatro, se realizavam diariamente.

“É uma coisa engraçada, que eu conversei muito com os lavradores de lá sobre o espírito religioso, a idéia messiânica e, finalmente, um lavrador se aproximou de mim, veio escondido e falou que não concordava com o espírito da comunidade. Eu perguntei: ‘Por quê? De onde você é?’ Ele disse que vinha de um outro lugar e que não concordava com essa história de ficar rezando muito, como os outros faziam: ‘Aquilo para mim é como quando nós somos criança e ficamos no pé do pai o tempo todo assim: – papai, faz isto, papai, faz aquilo! E um dia o pai fica de saco cheio. Então esse negócio de ficar rezando muito, assim toda hora, Ele pode até enjoar’ ” (4).

A população da comunidade sofreu flutuações, uns saindo, outros chegando, e se a coesão do grupo não se fazia em termos da adesão religiosa, fazia-se mesmo em termos da necessidade de resistência coletiva. Esta, de tal modo se impunha que as contestações a nível religioso se inibiam e não se faziam abertamente.

Neste sentido, não há dúvida de que ações coletivas, mesmo no trabalho, foram realizadas, mas elas assumiram, todas, o caráter de ações de resistência.

Se se resolvesse o problema da terra, cada um teria sua posse de terra demarcada mas seria um lugar que não seria de ninguém e seria de todo mundo. Seria o Patrimônio do Divino Pai Eterno.

(4) Palavras do relator, no Encontro sobre Coletivização.

“... há um nível significativo de organização... e um sentido estratégico na utilização do local. A fazenda pretendia, pelo que dizem os lavradores, ir apertando o cerco em torno dos posseiros, construindo benfeitorias, desmatando a área, no que foi barrada pelo grupo. (...)

Trata-se de uma ocupação e defesa coletiva da terra, o que não significa produção coletiva. A defesa da terra só pode ser coletiva, mas há como reagir individualmente. Frente a uma ameaça comum, a união é percebida como a única forma de defesa. No caso do grupo, e com relação à produção, comercialização e transporte do produto, não há coletivização. Os que têm uma carroça, por exemplo, cobram frete dos companheiros para o transporte de suas mercadorias. Nenhum plano ou projeto do grupo, do sentido da coletivização, foi percebido. Pode ser que a experiência coletiva de defesa, seja um ‘exercício’ que abra possibilidade para outras experiências (...)” (5).

POSSE E USO DA TERRA: REGRAS E PROJETOS DO GRUPO

As roças continuaram a ser trabalhadas e a resistência do grupo, se não teve o efeito de fazer com que a fazenda desistisse de suas pretensões sobre a terra, parece, no entanto, ter influído para que mudasse de tática, amenizando as agressões que se faziam anteriormente. A nível legal também não houve soluções, mas a comunidade instituiu regras de posse e uso da terra, passando a exercer um controle efetivo da área ocupada pelos que dela faziam parte.

Segundo essas regras, a ninguém é dado o direito de alienar sua posse. Quando um membro do grupo se retira, a posse passa à comunidade, que se incumbem de cedê-la a outra família que queira ocupá-la e não tenha posses.

“Com relação ao futuro do grupo, há muitas dúvidas. Ele está diminuindo. Não se sabe atualmente quantas famílias permanecem. Há, no entanto, um projeto muito interessante por parte da liderança: se se resolvesse o problema da terra, cada família teria sua posse demarcada e, ao mesmo tempo, haveria um lugar que não seria de ninguém e seria de todo mundo. Seria o patrimônio, área do Divino Pai Eterno, com escola, comércio, etc... Cada família teria aí sua casa. A proposta tenta, portanto, conciliar o coletivo e o privado, garantindo as posses familiares e instituindo uma área comum, onde teria lugar a vivência comunitária.”



(5) Esta citação e a que se segue são extraídas de uma carta da pesquisadora Maria Antonieta da Costa Vieira à equipe da Prelazia de Conceição do Araguaia. Agradecemos ter-nos cedido tão graciosamente o direito de usá-la.

“Kokue Guasú”: uma experiência com os Guarani

As roças comunitárias são realizadas nas terras dos índios, que mantêm suas roças familiares. O Projeto fornece provistas, ferramentas e sementes ao líder de cada grupo de roça, que as distribui, não só aos participantes dos grupos para o auxílio no trabalho de roça comunitária, como aos outros índios que não estão neste trabalho. A formação de roças comunitárias visa o fortalecimento da economia e de outras instituições da sociedade Guarani.

Relator

Rubem F. Thomaz de Almeida, coordenador do “Projeto Kaiowá-Nandeva”, desenvolvido em Mato Grosso do Sul junto com os Guarani.

Nossa experiência se realiza em aldeias indígenas Guarani do Mato Grosso do Sul, o que faz com que seja um pouco diferente das outras experiências apresentadas aqui. Trata-se de um trabalho conhecido como “Projeto Kaiowá-Nandeva”, cujo objetivo principal é o de fortalecer as formas de organização atuais dos Guarani com os quais trabalhamos. Pensamos que é no fortalecimento de suas próprias instituições que este grupo tribal poderá melhor se estruturar para enfrentar o necessário relacionamento com a sociedade regional “branca”. Entendemos também que os Guarani são absolutamente capazes de gerir e definir seu caminho e sua vida e que não têm as mesmas preocupações — acúmulo de dinheiro, produção de excedentes, ritmo de trabalho, etc. — da nossa sociedade. São índios. Têm um entendimento do mundo e das coisas específicas à sua condição de minoria étnica, formas de produzir e valores muito diferentes dos nossos. Assim, desde que iniciamos o trabalho em 1976, temos tido cuidado especial com isso e procuramos minimizar qualquer equívoco de nossa parte, no sentido de levar às comunidades planos de trabalho gerados na nossa cabeça de homem “branco”. Nos parece também — como de fato tem ocorrido com populações indígenas e mesmo com populações camponesas — que um modelo de projeto imposto de cima e de fora não funciona de modo favorável nem para os agentes que se mobilizam para o “trabalho de base”, nem, principalmente, para as populações para as quais o trabalho está voltado. No caso dos Guarani, achávamos que impingir um “projeto de desenvolvimento comunitário” poderia contribuir em muito para desorganizar as comunidades, o que não concorreria para o fortalecimento de sua organização social como um todo como era nosso objetivo.



Enquanto grupo indígena, os habitantes de Takuapiry, Ramada e Jakare'y, onde trabalhamos, estão relativamente condicionados a fatores externos a eles, que nós, de fora, não podemos desconsiderar. Todo grupo indígena, por exemplo, está sob a tutela legal da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), o que significa dizer que este órgão do Governo Federal tem poder de permitir ou não a entrada de pessoas em áreas indígenas do País; nessa medida, iniciativas como a que descrevemos podem ser obstruídas.

A FUNAI mantém um chefe de posto em cada Posto Indígena (1); procura atender às comunidades na área de Saúde e Educação e, para isso, conta, em alguns postos, com um atendente de enfermagem e uma professora primária. A partir de 1980 vem tentando a implantação de projetos econômicos na região.

As missões religiosas também têm participação importante nas aldeias. Há missionários com dez, vinte e até quarenta anos nas áreas. São missionários evangélicos per-

(1) Posto Indígena é uma unidade administrativa da FUNAI subordinada à Delegacia Regional e, mais acima, à sede do órgão em Brasília. Localiza-se dentro das reservas indígenas. Ao todo são oito Postos Indígenas da FUNAI entre os Guarani do MS.



Reunião de líderes de grupos da roça.

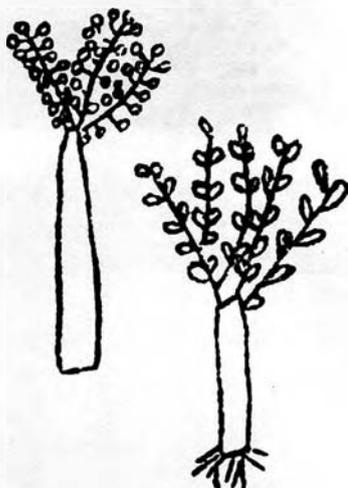
Grupo de trabalho em sua roça de arroz.



tencentes à “Missão Evangélica Caiuá”. O CIMI (Conselho Indigenista Missionário) apenas recentemente entrou em uma das áreas onde atuamos – Jakare’y – para executar um trabalho semelhante ao nosso. A missão evangélica possui escola e ambulatório em cada área para assistência aos índios.

Não vamos falar aqui sobre a realidade das outras reservas desta região do MS conhecida como Grande Dourados; nos restringiremos ao nosso campo de trabalho, isto é, às comunidades de Takuapiry (perto de oitocentos e cinquenta indígenas Guaraní-Kaiowá), Ramada (mil Guaraní-Kaiowá) e Jakare’y (novecentos e cinquenta Guaraní-Nandeva).

Cada um destes três Postos Indígenas, portanto, possui um chefe de posto da FUNAI e um missionário. Possui ainda o bolicheiro (armazém próximo às aldeias) e a população regional circundante que, apesar de relativamente distante, é presente. Cada aldeia tem também um “mboruvixá”, que é o líder indígena máximo, e eventuais facções políticas internas que o apóiam ou não. Assim, o conjunto destes componentes, presentes em cada uma das três comunidades, fazem com que elas sejam diferentes entre si, o que deve necessariamente ser levado em conta. Em outras palavras, cada comunidade apresenta uma realidade à qual o Projeto (2) tem que se adaptar para levar a efeito seu trabalho. Dentro desse contexto, representamos, enquanto Projeto, uma outra variável que leva a efeito um programa de roças comunitárias ou “Kokue Guasú”, centrado na economia do grupo. Em nossa experiência pudemos observar que esse quadro da realidade Guaraní parcialmente descrito deve, necessariamente, ser levado em conta, sob pena de inviabilizar o trabalho como, é sabido, ocorreu em outras situações semelhantes.



O INÍCIO DA EXPERIÊNCIA

Em 1976 a FUNAI queria contratar uma pessoa que realizasse um levantamento da situação dos Guaraní do MS (aproximadamente treze mil) para, sobre os dados colhidos, elaborar um “projeto de desenvolvimento comunitário” que seria coordenado pela mesma pessoa e financiado pelo Governo.

Circunstâncias da própria FUNAI, entretanto, impediram que essa iniciativa vingasse. Foi feito um plano orçado em muitos milhões de cruzeiros e sabíamos desde o início que a FUNAI dificilmente poderia realizar o que se propunha. Diante disto iniciamos gestões no sentido de adquirir recursos independentemente do órgão tutor para iniciar o trabalho. Para nós, pensávamos, deveria ser um “projeto de desenvolvimento comunitário”, como queria a FUNAI, mas, segundo o entendimento que os próprios Guaraní tinham a respeito do significado e da ação de “desenvolvimento” de suas comunidades.

(2) Atualmente são três as pessoas envolvidas com o Projeto, todos com formação em Ciências Sociais. Temos ainda uma pequena infra-estrutura em veículos, recursos e sede na cidade de Amambai para atendimento das três aldeias. Na região nos conhecem como os “antropólogos do Projeto” ou simplesmente o Projeto.

Muitas conversas, reuniões e discussões foram feitas até que chegamos a definir que deveria ser um trabalho de lavoura. Não poderia ser de outra forma já que os Guarani são agricultores tradicionais e deixaram indicado, sempre, que não desejariam outro tipo de atividade que não fosse agrícola. Indicaram que queriam também ter condições de trabalhar na sua terra (que para os Guarani é uma coisa semelhante à água para nós: não se vende, não se troca, não se faz negócio; foi dada por "Deus" e todos têm direito a ela), sem necessidade de ir à "changa" (3) para a compra de algumas necessidades criadas no contato com o homem "branco", como óleo, sabão, sal, açúcar, etc. Queriam assim que se lhes conseguissem formas de permanência dentro da aldeia, ferramentas e sementes.

Foi possível levantar recursos para o início dos trabalhos. Uma única imposição foi feita por nós: os subsídios deveriam ser recebidos em grupo e não individualmente. Não queríamos, desta forma, seguir com o que, em certa medida, vinha sendo feito pela FUNAI ou mesmo por missionários que durante anos forneciam, de forma mais ou menos aleatória, alguma ajuda a indivíduos.. Além disso, tínhamos em conta que, apesar dos Guarani não mais praticarem as roças grandes, as "ko'y gusu", que tradicionalmente possuíam as famílias extensas (4), a organização de sua sociedade continuava sendo feita com base nessa relação de parentesco. Não queríamos reviver formas mortas da economia Guarani como se chegou a apontar; nem fazer com que os Guarani "voltassem para trás". É sabido que não se "volta atrás". Queríamos fortalecer o que existia nos Guarani em 1976 e achávamos que individualmente isto não seria possível. Tínhamos em vista, também, que era uma experiência, que não sabíamos no que ia dar e se teríamos condições de toda ordem para levar adiante o trabalho. Isso foi exaustivamente discutido com os índios. Não sabíamos também se aceitariam ou não esse critério não individual de subsidiá-los, mas achávamos que isto seria definido no encaminhamento do trabalho, no seu processo, na ação mesma e não no discurso formal já que nestes termos tudo é aceito por estes indígenas. Sabe-se de fato se uma coisa é aceita apenas na reação objetiva dos Guarani. Não sabíamos se eles tinham o "espírito comunitário" que muitas vezes esperamos que populações indígenas ou mesmo camponesas tenham. Estávamos partindo do princípio de que os Guarani saberiam como aceitar, rejeitar ou atuar sobre os recursos que estavam sendo oferecidos e que encontrariam uma forma de melhor utilizá-los, como de fato ocorreu. A nossa ação restringia-se, como mais ou menos ocorre até hoje, em fornecer os subsídios combinados e conversar com os índios sobre a melhor maneira de se levar o trabalho. Partíamos da premissa de que os Guarani saberiam resolver seus próprios problemas, como o souberam fazer, tanto que estão vivos, nos noventa ou mais anos de contato com o "branco".

(3) "Changa" é o trabalho remunerado fora da reserva indígena. Em geral são trabalhos não especializados em fazendas da região.

(4) Família Extensa: pai, mãe, filhos, genros, noras, sobrinhos, netos, etc. É distinta da Família Nuclear: pai, mãe e filhos.



Roça de arroz

Em outubro de 1976 foi formado em Takuapiry um grupo de dez chefes de famílias nucleares que, lideradas por um deles ao qual chamam “cabeçante”, iniciaram a preparação da terra para uma lavoura de três hectares antes mesmo de saberem se poderiam ou não contar com auxílio externo. A partir disso e num processo lento, Ramada e Jakare’y também passaram a formar grupos para o trabalho. O número de participantes foi aumentando e hoje o Projeto trabalha com treze grupos de roça em Takuapiry, vinte em Jakare’y e nove em Ramada. Cada grupo tem em média seis chefes de família nuclear e em geral os companheiros de um grupo de trabalho pertencem à mesma família extensa, isto é, são parentes. Se considerarmos que cada família nuclear tem em média cinco pessoas (pai, mãe e três filhos), o Projeto atende a uma população aproximada de mil e duzentas pessoas nas três aldeias. É possível dizer que a tendência apresentada é de aumentar o número de grupos e participantes.

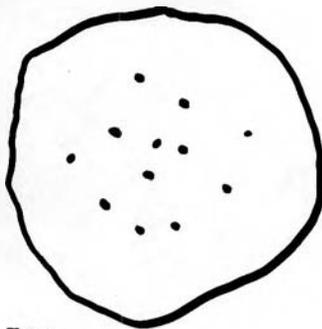


Tatu

O PROJETO E A ORGANIZAÇÃO GUARANI

Na medida em que os grupos foram-se formando, o trabalho foi-se configurando e se transformando em função de seu próprio desenvolvimento. O Projeto então passou a fornecer provistas (arroz, feijão, sabão, sal e banha), ferramentas (foice, machado, lima, enxada, esmeril, plantadeiras, etc.) e sementes (arroz, feijão, soja e, mais recentemente, cebola e alho) ao “cabeçante” de cada grupo que se responsabiliza pela distribuição entre seus companheiros para auxílio no trabalho de roça comunitária. Um fato interessante que observamos depois de três anos de trabalho, foi que estes subsídios recebidos não se restringiam aos companheiros “formalmente inscritos” nos grupos; os subsídios eram repassados também a outras famílias nucleares ligadas por laços de parentesco com as pessoas “inscritas” no trabalho. Durante um bom tempo isto nos intrigou, pois acreditávamos que estávamos sendo enganados. O resultado disso foi que passamos a notar um crescimento nas roças particulares de cada família nuclear, daqueles que participavam e daqueles que não participavam da roça comunitária. Entendemos que isto está de acordo com a maneira Guarani de se organizar para a economia, caracterizada pela distribuição e redistribuição do que é produzido ou adquirido, sempre com base no parentesco. Isto não significa, entretanto, que tudo pertença a todos; significa que não há esforços no sentido de acumular e sempre ter mais e mais coisas. Assim, os grupos de roças comunitárias têm servido como um catalisador de recursos externos a partir dos quais é formada uma rede de solidariedade pela qual escolham estes recursos ocasionando o fortalecimento não só econômico mas também de outras instituições da sociedade Guarani.

Nas roças comunitárias plantam arroz, feijão, milho e soja. Arroz e feijão são destinados à alimentação, no ano seguinte, das famílias nucleares que participam nos grupos de trabalho; na medida em que os grupos vão produzindo vão se independizando do Projeto, que não mais fornece esses produtos para semente ou alimentação. A soja, em pouquíssima quantidade, é destinada integralmente à venda. O milho plantado nas roças comunitárias é destinado à alimentação de pessoas e criação de animais, às festas e cerimônias; o que sobra é vendido no mercado e o Projeto em geral auxilia a organização dessa venda. O milho é, sem dúvida, o produto mais importante para os Guarani.



Terra

A roça comunitária pertence ao grupo de trabalho (Takuapiry, por exemplo, tem treze grupos e portanto treze roças comunitárias), é subsidiado de fora, visa fortalecer economicamente as comunidades com a permanência dos Guarani dentro da aldeia e produz um excedente relativo para venda no mercado regional. Afora isso, sempre insistimos em que as roças particulares ou de cada família nuclear deveriam continuar a ser feitas independentemente do chefe ou algum membro da família participar também da roça comunitária. Acharmos que na hipótese do Projeto ser interrompido e, portanto, também a ajuda externa, a subsistência das famílias, re-



Água

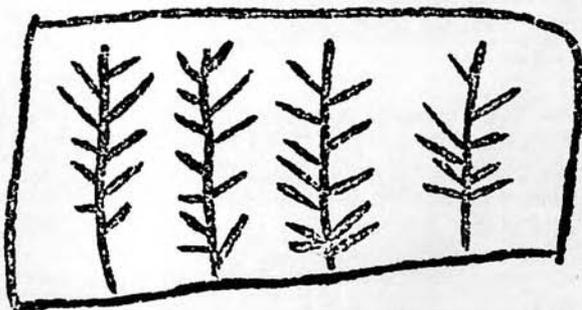
presentada pelas roças particulares, não deve ser afetada. Nas roças particulares plantam mamão, batata doce, cana-de-açúcar, abacaxi, melancia, milho branco, etc. O milho branco é utilizado quase que exclusivamente para cerimônias religiosas. Para se ter uma idéia, uma roça comunitária tem em média três hectares, enquanto que uma roça particular dificilmente passa de meio hectare.

Desde a implantação do trabalho até agora, surgiu todo tipo de problema. Em relação aos "agentes", ou seja, àquela parte do trabalho onde se fez necessária a relação do Projeto com a FUNAI, missionários ou mesmo regionais, sempre coube a nós do Projeto desfazer acusações de toda ordem e contraditórias em si. Fomos acusados, de um lado, de "comunistas, socialistas, ateus e contra o trabalho missionário"; outros acharam que fazíamos "o jogo da FUNAI" e que éramos "reacionários"; outros tomaram-nos por pessoas que "faziam o jogo o CIMI" e que estávamos contra a FUNAI; outros, ainda, acharam que queríamos "fazer o índio voltar para trás". Durante estes cinco anos de trabalho temos feito todo o esforço no sentido de demonstrar, na ação prática, que tentamos apenas "fazer o jogo dos índios" e nada além disso. Em relação ao trabalho em si, muitos problemas também surgiram. Foram sendo sanados e no processo geraram outros novos problemas que lentamente têm sido superados, e sabemos, deverão gerar novos outros problemas. Dificuldades tais como problemas de liderança, diferenças no ritmo de trabalho, eventual falta de iniciativa de alguns companheiros, desconfiança, divisão do produzido, a questão de quanto e como plantar, o destino a ser dado aos produtos das roças, a união dos companheiros, prioridade dos trabalhos, regras ou não para o trabalho, distribuição dos recursos recebidos, escolha dos participantes do grupo, como e quando vão para a "changa", etc., não têm sido resolvidos por nós mas pelos grupos e, dependendo, pelas comunidades. Naturalmente que participamos do processo de discussão dos problemas, pois somos freqüentemente solicitados (o que tem diminuído) para discuti-los, mas a decisão final nunca foi nossa e, neste sentido, nos esforçamos, pois achamos que só temos a aprender com os Guarani e com sua realidade.

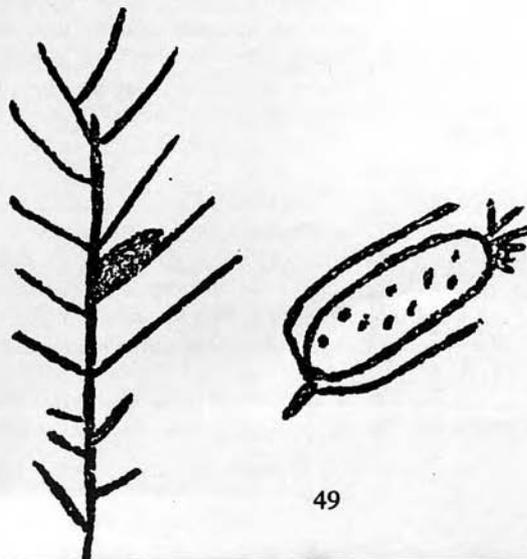
DIFICULDADES

Não podemos afirmar que o trabalho é um sucesso. O que se pode observar é que há resultados que nos incentivam na sua continuidade. São resultados apresentados pelo crescimento das roças particulares e comunitárias, pela adesão de novos participantes aos grupos, pelo fortalecimento de instituições como a economia, cerimoniais, festas, diminuição ou reorganização para o trabalho na "changa"; fortalecimento de decisões em foro de discussões políticas formado a cada três meses e intercalado entre as três aldeias, onde se reúnem todos os "cabeçantes" de grupo, etc. Estes são indicadores que nos levam a prosseguir com o trabalho até 1983, conforme combinado com os indígenas, ocasião em que deverá ser feita uma avaliação pormenorizada para se discutir com eles os resultados do trabalho e de que forma se dará ou não sua continuidade.

Esta é, em linhas gerais, nossa experiência com os Guarani do Mato Grosso do Sul.



Milho



Mutirão: trabalho com boião e festa

O mutirão foi apresentado pelos lavradores como organização própria dos camponeses, que corresponde às suas necessidades e funciona segundo regras do grupo. Neste sentido, foi colocado em oposição às exigências de algumas das experiências de roça comunitária.

Relatores

José de Arimatéia e Manoel Bento Rodrigues Matos, lavradores das comunidades da Região do Baixo Araguaia, Prelazia de Conceição do Araguaia, Pará.

O MUTIRÃO GARANTINDO A POSSE

Eu vim do Maranhão e queria uma terra que compensasse mais. No Pará, a gente foi ao Prefeito, que disse que tinha terra sem ninguém e que, com um ano e um dia, se garantia a posse. Mas quando já tinha dois anos, alguns até com oito anos, chegou o dono de uma madeireira dizendo que a terra era dele. Diversos venderam a terra para ele, outros correram com medo, outros foram espancados e ficaram...

O problema foi a gente se unir para resolver o caso. A gente tem a experiência de que um sozinho não faz o mutirão, mas cem ou duzentos fazem. Lá, cada quem tem sua área dividida em marcação; que seja uma grota, uma pedra, tem sempre uma divisa. A gente faz mutirão na roça de cada um, derrubando, roçando, colhendo, até dar aquela colheita pronta feita por todo mundo. Mas na hora de vender, cada um vende o seu.

A ORGANIZAÇÃO QUE FUNCIONA

O mutirão lá na nossa região funciona ou muito bem ou muito mal. Se organiza, se a gente tenta organizar o mutirão para trabalhar, com o negócio organizado de princípio, não funciona:

- Vamos trabalhar esse ano dez, doze, todo mundo, fazer todas as roças à base do mutirão.
- Hoje vamos trabalhar vinte aqui, amanhã vinte ali.
- Vamos fazer em toda roça: derrubar, limpar, colher.

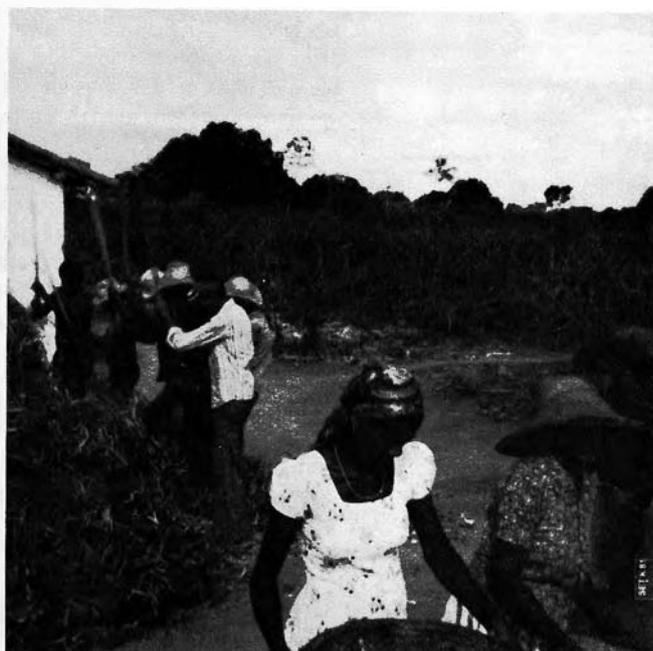
Não funciona. Nessa base não funciona.

Agora, se eu preciso, se hoje estou na minha roça aqui achando que sozinho vai, mas é meio devagar, convido dez companheiros. Aí vão dez, vão doze, vão quinze trabalhar e não vão nem visar o pagamento desse dia. No dia que um precisar, que seja numa derrubada, que seja na colheita, se eu estou disponível, ele me convida e vai todo mundo de novo. Sem organizar, sem prever como vai ser o serviço, funciona. Se tentar organizar o mutirão, não funciona. Lá é assim.

O mais difícil para a gente é a derrubada e a colheita, que a gente sempre precisa de mais gente para trabalhar. Se a gente prevê, se a gente organiza tudo: “Olha, nós vamos organizar para plantar; a sua roça em outubro, a sua em novembro; a sua até dia 15 de outubro, a sua até dia 10 de novembro, a sua até fins de dezembro”; não funciona. Mas se cada um traz o problema dele e chama, funciona muito bem. Esse ano funcionou muito bem assim, nessa base.

E tem outra coisa que existe nesse meio. Todas as vezes que foi tentada alguma coisa com esse compromisso coletivo, houve boatos no meio. Na nossa região isso é





normal: "Isso é meio de comunista, isso é meio de subversão". Quando se tenta da nossa maneira, de qualquer jeito, ninguém fala nada. Mas se tenta organizar, o "comunismo" aparece logo.

Eu acho que isso é um dos fatores que está fazendo funcionar essa coisa dessa maneira: não organizado, que não é uma organização, e que é uma coisa muito boa por sinal, que é uma organização ao mesmo tempo.

Quando a gente planeja organizar a coisa antes, fica o compromisso. A gente tem que se comprometer a fazer. E é exatamente o que o posseiro não está querendo: o compromisso. O posseiro está interessado mais, a maioria, com a vida dele, da maneira que ela vier. Porque se a gente se compromete com alguma coisa, a gente fica com aquela obrigação. E por incrível que pareça, muitos dos que estão lá já foram assalariados, viveram em grandes centros e detestam o compromisso. Eles querem liberdade, eles querem viver. Eu também já fui assalariado. O interesse da gente é outra coisa. Participar com todo mundo, mas sem determinado compromisso da coisa.

Acontece que geralmente a gente lá se reúne, a gente toma uma cachacinha junto. Quando tem um encontro comunitário a gente vai lá no local onde a comunidade se reúne e bate papo. Às vezes na comunidade lá que a gente está reunido, a gente avisa para todo mundo: "Ó fulano, eu estou precisando de trabalhar na roça", "eu estou atrasado", ou "eu estou querendo viajar", ou "não estou me sentindo bem, estou meio doente", "eu queria que alguém me ajudasse a plantar minha roça amanhã". Amanhã ou então, vamos dizer, quarta-feira. Aparecem lá dez, doze, quinze. Às vezes tem dois num dia e funciona, um para lá e outro para cá. Tem muita gente. Numa casa só às vezes tem três, quatro homens.

No sentido de trabalho, nesse sentido sem obrigação, todo mundo continua com todo mundo. Se a gente for combinar, aí ninguém vai combinar. Geralmente não vai dar certo, não funciona. Vai ter que ter um chefe nesse trem aí, e ele pode querer enrolar a gente depois.

Havendo verba, vendo tudo que se falou aí, é o que eu estou dizendo ali atrás, havia uma obrigação. O sujeito para entrar nesse grupo ele tinha que dizer: "Eu vou trabalhar na minha roça e eu vou trabalhar na sua também". E pensa: "Mas eu vou como

O mutirão tem sido freqüentemente acionado nas situações de luta pela posse da terra.

É significativo que, no mutirão, a presença das mulheres seja preservada.

COMPROMISSO, OBRIGAÇÃO E LIBERDADE

obrigação". O pessoal da roça, geralmente, a gente está sentindo é isso, ele não quer ficar obrigado em nada. Ele quer tratar da roça dele como der certo. Se ele perder, ele não quer perder, mas ele vai chamar o companheiro para ajudar e o companheiro vai ajudar. Eu vou ajudar. Eu tenho que ajudar? Estou obrigado a ajudar? Não!

ROÇADO, BOIÃO E FESTA

Ninguém paga nada. No dia que precisa um convida o outro. Se eu estou disponível, eu vou. Se eu não for, o companheiro não vai ficar chateado que eu não fui porque ele sabe que não foi falta de vontade. Às vezes não teve possibilidade. Ninguém chateia, ninguém interessa em pagar aquele dia. É um mutirão, todo mundo vai para lá. Geralmente quando acaba o dia, a gente faz uma festa. De noite faz uma brincadeira lá, dança, até a hora que dá certo. Está cansado, todo mundo vai dormir e amanhã cada um está com seu serviço novamente.

Sempre quando a gente convida um companheiro para um mutirão, a gente já falou com o sanfoneiro, que geralmente vai baratinho ou vai por nada mesmo. Às vezes vai lá trabalhar com a gente e de noite toca. São dois, três, quatro que tocam à noite e os outros vão dançar. E tem sempre mulher para dançar!

Se tem um mutirão, o pessoal já sabe que vai ter a festinha. As mulheres vão ajudar. A minha, por exemplo. Se eu estou fazendo um mutirão lá em casa, as vizinhas vão lá ajudar a minha mulher a fazer o boião, o negócio da cantina. Não as mais de longe, mas as mais de perto vão ajudar. Se um companheiro me chama e é um sujeito que merece a gente lá, então a gente sai de uma distância de uma légua, mas às vezes fica difícil a mulher sair daqui e ir lá ajudar. Ela pode ter alguma coisa para fazer. As mais de perto geralmente vão, mas sem aquela obrigação de seguir o marido.



Movimento do trator de Fazenda Nova e Novo Brasil

O trator foi adquirido com recursos obtidos através do padre e é administrado por uma coordenação composta de lavradores membros das comunidades integrantes do movimento.

Relator

Padre Giuseppe Dall'Asta, representante de Fazenda Nova e Novo Brasil, Diocese de Goiás, Goiás.

O Movimento do Trator surgiu nos municípios de Fazenda Nova e Novo Brasil sobretudo porque o latifúndio estava tomando conta de quase toda a região. Apesar disso, nesses municípios havia ainda a predominância dos pequenos proprietários. Nos últimos anos estavam desaparecendo muitos pequenos proprietários e os moradores da região se perguntavam: "Como nos defenderemos do latifúndio?"

Do ponto de vista dos líderes das comunidades que estavam começando a organizar o povo, era um problema! Os pequenos proprietários, por falta de condições, tinham que vender a terra e ir embora. As comunidades, então, ficavam sem algumas pessoas importantes no trabalho de organização. Quando é que outras amadureciam junto com a caminhada das comunidades?

Outro problema era a dificuldade econômica do pessoal e o preço muito alto da aração. Não se podia produzir arando com bois ou desmatando com instrumentos simples. Menos ainda com a aração particular, pois o aluguel de um trator era, naquela época, de dez mil cruzeiros ou de quinze mil o alqueire; um absurdo que se evidenciava depois da chegada do trator da comunidade. O pessoal estava decidido a deixar a terrinha dele, a vendê-la porque não tinha condições de produzir em cima dela nem para a alimentação, quanto mais para vender.

Antes de surgir o Movimento do Trator, o pessoal tinha experiência de aração com gado. Mas acontece que a quantidade de bois de aração diminuiu muito. Por exemplo, de vinte e cinco bois usados para aração que existiam em São José há cinco anos atrás, agora havia apenas quatro. E o dono desses quatro, ao saber que o trator da comunidade estava para chegar, já queria vender seus bois.

No começo da organização do Movimento do Trator, o pessoal viu que já que os bois eram poucos, o preço da aração com bois seria bastante alto. Além disso, por se estar querendo uma produção mais intensiva, o pessoal calculou que se o arado de bois produzisse, digamos, cinquenta sacos de algum produto, com o mesmo tempo gasto o arado de trator produziria cem sacos. Assim, além de ajudar a ficar firme na terra frente à ameaça do latifúndio e de ser um instrumento de conscientização, o trator aumentaria a produtividade do trabalho do povo. Desse modo o pessoal se manteria e poderia guardar alguma coisinha para vender.

Quando a idéia do trator surgiu, em março de 1980, o pessoal viu que tinha que estimular outras áreas que já sentiam esses problemas. Então, o Movimento foi organizado em cinco áreas dos dois municípios. Cada área tem de vinte a vinte e cinco famílias, somando ao todo cerca de cem famílias no Movimento.

Em cada área o povo escolheu livremente um ou dois coordenadores responsáveis. Todos os responsáveis de área formam a coordenação, junto com a assessoria, dois agentes de pastoral e o padre.

DO ARADO DE BOIS AO TRATOR

Os pequenos proprietários se perguntavam: "Como nos defenderemos do latifúndio?"



A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

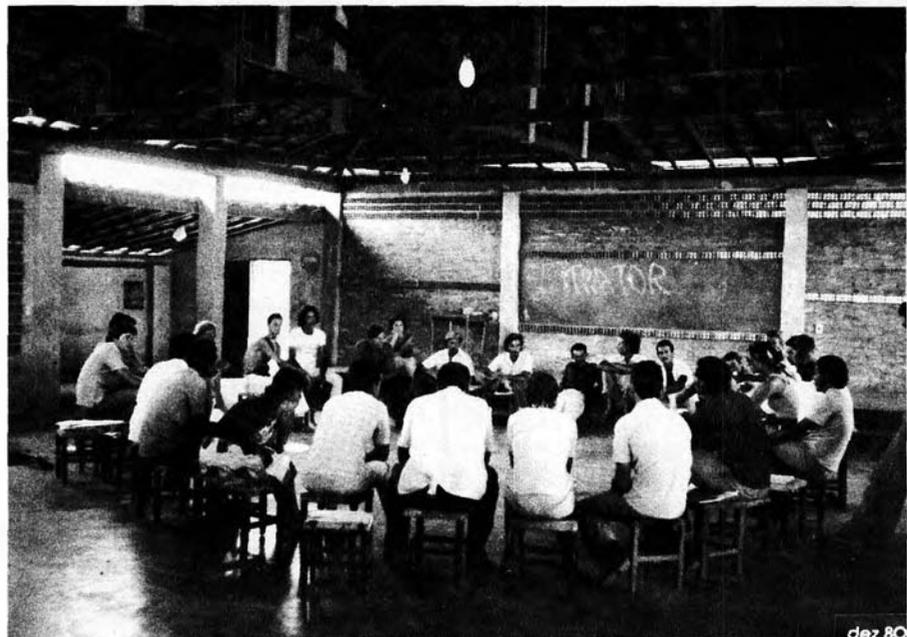
Foram estabelecidas algumas regras sobre o direito de uso do trator, que podem ser mudadas conforme as situações. O trator pode ser usado: prioritariamente pelas pessoas que se responsabilizam pela caminhada de libertação; por quem possuir menos de vinte alqueires de terra; e pelos que não são proprietários. O pequeno proprietário que não participa ou é contra a caminhada de libertação pode ser servido uma ou duas vezes. Depois, o pessoal vai conversar com ele e, se continuar contra, não terá mais direito.

O cumprimento dessas regras é controlado pelos responsáveis de cada área, mas todos sabem que o trator está a serviço da libertação. Está claro para todo o pessoal quem está contra: aqueles que criticam, que acusam de comunista o pessoal da caminhada ou são contra o Sindicato.

Antes do trator ser levado para uma área, o responsável pela área faz uma lista com os pedidos, com nome e sobrenome dos interessados e a quantidade de terra que deverá ser arada. Quando o tratorista chega, recebe a lista e inicia o trabalho. Considerando as necessidades das cinco áreas, o pessoal determinou que em cada rodada o trator poderá, no máximo, arar um alqueire por família. Ele fica numa área durante dez dias de trabalho efetivo, com oito ou dez horas de trabalho por dia, conforme a necessidade. Se nesses dez dias ele não responde às exigências da área, os últimos inscritos esperam a outra rodada.

O trator foi comprado com recursos doados por uma agência religiosa estrangeira. Já que é um instrumento, não para ganhar dinheiro, mas para o serviço, o preço da aração, estipulado pelo pessoal, é de cinquenta por cento do valor do preço da praça. O preço por alqueire da aração particular é vinte mil cruzeiros e cinquenta por cento desse preço é, então, dez mil. Isso é cobrado quando a terra é boa, ou seja, já foi cultivada. Quando é bruta, quando nunca foi arada, cobra-se sessenta por cento do valor da praça. Esses são os preços que se pode cobrar para que o Movimento se mantenha, pois ele é sustentado pelo dinheiro que recebe das arações. O que se ganha com isso cobre os gastos e ainda sobra alguma coisa.

O Movimento do Trator tem um tesoureiro, que é remunerado mensalmente, e um assessor de tesoureiro. Eles são os encarregados das tarefas administrativas e financeiras do Movimento. No final de cada ano, após ter sido feito o balancete geral, se houver alguma sobra de dinheiro este será entregue, da forma conveniente, à classe dos trabalhadores, para fortalecer sua organização.



Os responsáveis de cada área formam a coordenação, junto com a assessoria, dois agentes de pastoral e o padre.

dez 80

O trator não é de ninguém, mas de todos. Não há um patrão e todo mundo é responsável pelo trator. Desse modo, o tratorista não pode ser colocado como um dependente, para evitar aquela subordinação imposta pelo capitalismo. O tratorista deve ser tratado com os mesmos direitos e no mesmo nível dos outros coordenadores, pois ele participa também das reuniões da coordenação.

Outra preocupação com relação ao tratorista é que ele sinta os problemas da classe. Precisou-se, inclusive, trocar de tratorista porque o anterior não se sensibilizava com esses problemas.

O tratorista recebe, no tempo de safra, vinte e cinco por cento do lucro líquido do mês, que é o que sobra do que se recebe tirando todas as despesas do trator e das ferramentas. Essa forma de pagamento é feita de agosto até fevereiro, na época das chuvas. No resto do tempo o contrato é diferente, pois não tem aração contínua. Então, o tratorista procura e recebe trabalhos extras de carretos, transportes, pequenas arações e, do que ganha no mês, tira para ele o salário mínimo. O que sobra, vai para o Movimento. Além da sua remuneração, o tratorista tem o direito de arar para ele um alqueire de roça, pagando somente o gasto da máquina.

Já surgiu muita coisa positiva em função da organização do povo e do processo de conscientização. O Movimento do Trator, além de uma ajuda material, tem a proposta de unir a classe e de fazer com que o pessoal se sinta caminhando junto, sobretudo o pequeno proprietário. Como todo mundo sabe, ele é muito egoísta e isolado nas suas coisinhas.

Pode-se ver a influência que teve o Movimento do Trator na vitória da Chapa Dois de Oposição Sindical nas eleições do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Fazenda Nova. Dos doze elementos dessa Chapa, quatro são da coordenação do Movimento e foram escolhidos pelo povo para serem membros da chapa.

De acordo com o depoimento de alguns membros da Oposição Sindical, o Movimento foi uma grande ferramenta na luta e não deve mesmo se restringir aos trabalhos do trator. Durante a campanha das eleições, o Movimento ajudou muito na propaganda e ganhou companheiros para a Chapa Dois. Os pelegos da Chapa Um e os fazendeiros diziam: "Se nós ganharmos as eleições, a primeira coisa a fazer é acabar com o trator da comunidade!" Por isso o pessoal compreendeu a importância do Movimento e, se alguém tinha dúvidas sobre em quem votar, votou na Chapa Dois.



**O TRATORISTA:
"DEVE SER COMO
UM DO GRUPO"**

**OS GANHOS POLÍTICOS
DO MOVIMENTO**

Além de ajudar a ficar firme na terra e de ser um instrumento de conscientização, o trator aumentaria a produtividade do trabalho.

Outro fato apontado pelos membros da Oposição foi a influência do Movimento na luta dos posseiros de Mamoneira (Município de Fazenda Nova). Com a chegada do trator, ficaram mais unidos na luta contra os grileiros e mais firmes na terra. O Movimento também ajudou bastante a unir os posseiros com a Chapa Dois e com o Sindicato. Através dele, inclusive, alguns aprenderam o que é sindicato e se aproximaram. Agora, esses membros da Chapa Dois garantem que vão ajudá-los na luta pela terra, pois, durante a campanha, os posseiros representaram grande força para a Oposição.



Barco da comunidade no Baixo Araguaia

Um barco para uso da comunidade está sendo construído com recursos obtidos pelo padre e arrecadados pelas mulheres através de festas, leilões e cotizações. A aquisição do barco visa o transporte de pessoas e mercadorias.

Relatores

José de Arimatéia e Manoel Bento Rodrigues Matos, lavradores do Baixo Araguaia, Prelazia de Conceição do Araguaia, Pará.

Na nossa localidade tem muita produção e nós ficamos preocupados com a lei que o Governo criou, de que quem plantar muito paga pouco imposto e quem plantar pouco paga muito. A gente planta até muito, mas não vende. E, quando vende, não compensa o serviço. Então, já se conversou lá um pouco nesse sentido e a única solução para ver se pode plantar mais é vender por um preço melhor. Mas lá na área talvez nunca vá ter esse preço.

A gente está achando que deve calcular os gêneros que produz, conseguir um transporte para botar na beira de uma estrada e ver se faz um tipo de armazenamento para caçar um comprador fora. Podia ser em Anápolis, Goiânia, Belém, Imperatriz, Teresina, onde há falta de mantimentos. A gente vê que os compradores que vão comprar na nossa região querem o maior lucro possível. Eles derrubam o preço dos gêneros e a gente, que está com necessidade, é obrigado a vender.

Lá, por exemplo, um saco de arroz de sessenta e quatro quilos é quinhentos cruzeiros. E o feijão, na época que não tem, que está sem a gente colher, tem um preço absurdo de cento e cinquenta o quilo. Mas quando chega o feijão, lá pelo meio de julho, os comerciantes falam: "Não, aqui ninguém compra por mais, só a cinquenta o quilo". E o que que a gente faz? Se vive daquilo, tem que vender.

A gente sabe onde tem um preço bom. Em Anápolis, por exemplo, é bom de vender. A gente sabe disso. Mas como levar? Na nossa localidade, o jeito é o barco, porque não tem estrada, não tem ponte. É uma região de difícil acesso. A gente mora na beira do rio e o único meio de transporte inicial é por água.

No ano passado, em maio, numa reunião, as mulheres decidiram que queriam um barco, que tinham que construir um barco. Foi daí que a idéia surgiu, de uma mulher que todo mundo até não esperava que desse essa idéia.

Numa discussão delas foi feito um orçamento de quanto seria um barco. Todo mundo levou um susto quando viu o preço, porque é caro demais. Aí viram o seguinte: se o valor desse barco fosse dividido por trezentas famílias, seria possível. Então, fizeram as contas, viram quanto dava por família e se animaram, porque acharam que dava para arrumar. Reuniram as comunidades, discutiram e começaram com os leilões, festas, doações, etc.

O movimento das mulheres lá é muito forte e, por incrível que pareça, em algumas regiões, está quase melhor que o nosso dos homens. Elas é que estão fazendo tudo. Os homens poucas vezes participam das reuniões e as festas, os leilões, tudo é promoção delas. Nós só vamos para assistir, participar e dar uma mão. Elas fazem, mas o dinheiro sai do nosso bolso mesmo.

O barco da comunidade vai ser para o transporte de carga e de pessoas, porque a gente precisa de muita coisa lá na cidade. Dificilmente tem passagem para viajar no

A DERRUBADA DOS PREÇOS



UM BARCO PARA A COMUNIDADE: INICIATIVA DAS MULHERES



barco que está lá. Quando tem, nem sempre é no dia que a gente quer. Se vai ter uma grande concentração ou eles sabem que vai acontecer alguma coisa, vem o barco e a gente consegue as passagens. Eles mesmos se interessam em levar o barco. Mas se chegar três, cinco, dez pessoas que têm um assunto particular para resolver, não têm condições. Se forem fretar, é aquele absurdo.

O frete do barco, para uma distância de cem quilômetros, é seis mil cruzeiros. Fica difícil levar cinquenta sacos de arroz para vender a quinhentos o saco e pagar doze mil só de frete, ida e volta.

O ESFORÇO COLETIVO

O dinheiro que está sendo levantado pelas mulheres é o dinheiro de um barco com motor e tudo. Mas já se sabia que esse dinheiro demoraria a pingar, só aos poucos, e que, quando o barco estivesse pronto, teria que ter um dinheiro para ele começar a funcionar. O motor nós ganhamos, parece que de setenta cavalos, com força para um barco que pode carregar até vinte toneladas. É motor para um barco grande. Conseguiu-se uma verba do exterior, que foi jogada para o motor, grilhões e outras peças, e serviu também para o começo da construção. Então, com a ajuda externa que começou o trabalho. O restante do dinheiro que está sendo recolhido entre os lavradores é para continuar a construção e para o barco poder começar a funcionar, porque não adianta fazer um barco se depois não tem dinheiro para ele funcionar.

Todo mundo arruma dinheiro e ajuda. Esse barco está sendo construído com o esforço de cada um, com o esforço coletivo. Cada um dá cinquenta, dá cem, dá mil cruzeiros, como pode. E quem pegou o serviço da construção foi um rapaz que não é da região. Ele pegou por um determinado preço, mas é assim: se a gente junta cinco mil hoje, chega lá com cinco mil; se pega dez mil, chega lá com esses dez mil cruzeiros. Dessa maneira é que o barco está sendo construído.

O CONTROLE DO BARCO

Em toda coisa que se faz, onde tem mais de mil pessoas, existe discordância. No Baixo Araguaia, a respeito desse barco, existe muito pouca por sinal, mas existe. Tem pessoas que dizem: "Ah! eu vou lá na construção desse barco; amanhã, ele vai servir para determinadas pessoas aí que são as mais entrosadas; não vai servir para mim". Isso existe, mas muito pouco, e não está influenciando em quase nada.

O problema do controle do barco não foi muito discutido ainda. Estamos esperando primeiro o barco sair. Depois, parece que vai ter uma comissão responsável, para decidir que dia o barco desce, que dia o barco sobe... A comissão organizadora de agora é só de mulheres, que estão fazendo tudo e a gente concorda. Mas quando vier o barco, é capaz de entrar homens, porque o trabalho do barco, para ele operar, já vai ser mais pesado, mais difícil.

Compra coletiva de alimentos

Trabalhadores rurais (bóias-frias) da periferia de Lins, experimentam adquirir gêneros alimentícios por atacado, visando economizar através da compra coletiva e fazer um suprimento que lhes permita resistir na entressafra, quando são piores as condições de trabalho.

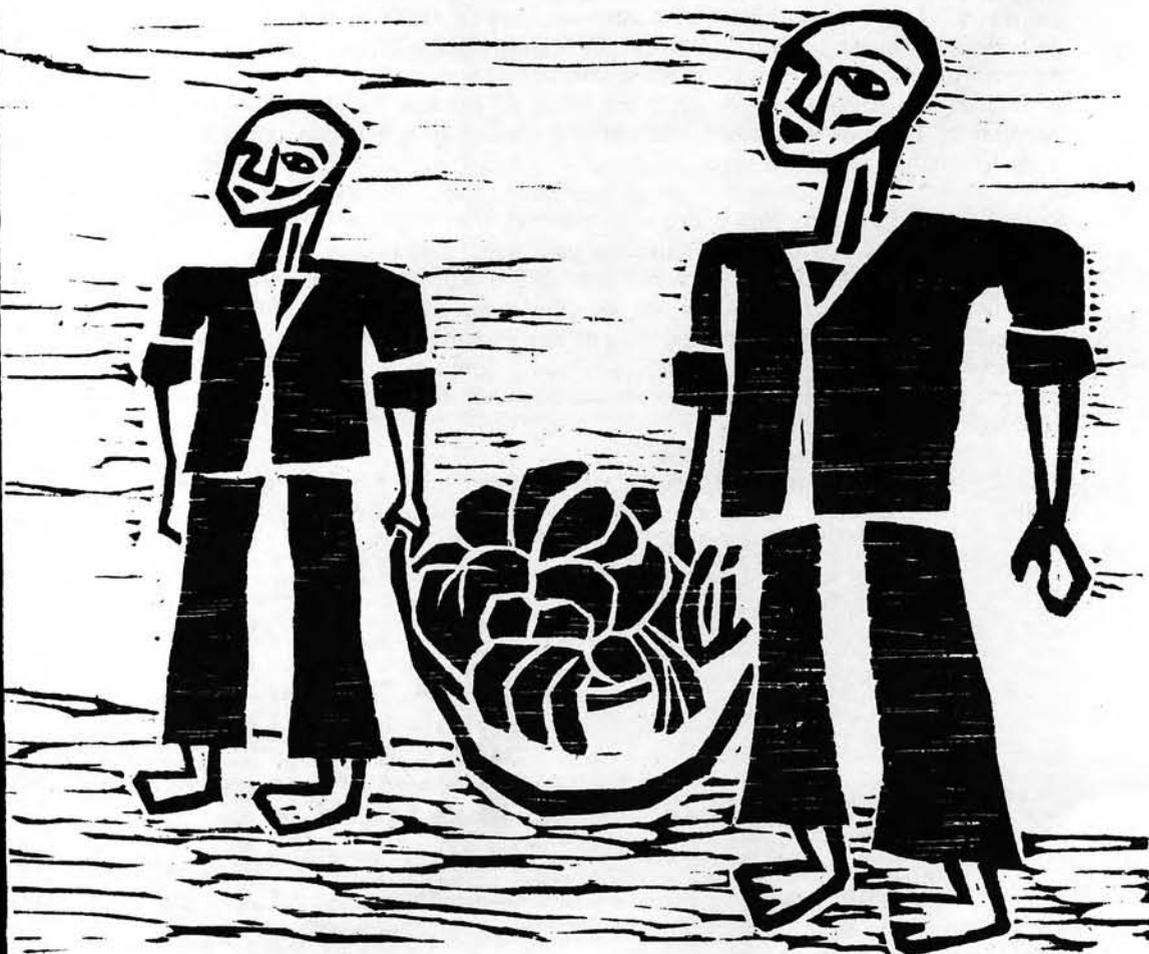
Relator

Manoel Martins da Silva, agente de pastoral, representante da Diocese de Lins, São Paulo.

Esse trabalho começou com um grupo de jovens de Lins que, em agosto de 1979, a partir da discussão do Documento de Puebla, resolveu organizar um grupo de bóias-frias. Na região de Lins há cerca de vinte e um mil bóias-frias, dos quais só mil são sindicalizados. A maior parte deles, portanto, não tem qualquer espécie de atendimento, sendo inclusive, em alguns casos, difícil conseguir a aposentadoria.

UM TRABALHO
COM OS BÓIAS-FRIAS

Foram feitos convites para uma reunião aos diaristas nos pontos, onde se encontram a partir das quatro e meia da manhã, à espera dos turmeiros ou caminhoneiros que os levam ao trabalho. Não houve nenhuma reflexão anterior a respeito do tipo de trabalho que se faria, sendo isso deixado para uma etapa posterior à organização do grupo.



Na primeira reunião, apareceram quatro agentes de pastoral do grupo de jovens e só um bóia-fria, que achou que o convite deveria ser por escrito. Apesar de ter sido avaliada como uma prática muito burocrática, essa sugestão foi aceita e deu certo: na reunião seguinte apareceram vinte bóias-frias. Como havia sido anunciado, teve sanfona, bolacha, suco e conversou-se alguma coisa. Nas reuniões seguintes, que não tinham sanfona nem lanche, só cinco permaneceram freqüentando sistematicamente.

NOVOS RUMOS PARA O GRUPO

Durante três meses falou-se da vida de cada um, sem se tocar em religião, pois muitos bóias-frias não são católicos. Em janeiro e fevereiro de 1980 o grupo não se reuniu. Em março, por se achar que havia a necessidade de aprofundar e planejar as discussões, foi pedido um auxílio à Faculdade de Lins, que tinha um projeto de Ação Comunitária em bairros da periferia.

A partir dessa nova ligação, os agentes passaram a freqüentar mais as casas e os pontos dos bóias-frias. Nas reuniões, começaram a ser discutidas questões de trabalho, sindicais, de salário, e as formas de resistência dos trabalhadores da região. Nessa fase, foram usados os Cadernos da Frente Nacional do Trabalho e algum material da CONTAG.

A COMPRA COLETIVA: GARANTIA NA ENTRESSAFRA

Atualmente o grupo tem dez bóias-frias, seis homens e quatro mulheres. Há dois meses atrás, decidiu-se comprar coletivamente alimentos, para resistir na entressafra, quando são obrigados a trabalhar por qualquer preço. Ficaria, assim, garantida pelo menos a comida considerada básica: arroz, mandioca e feijão.

O primeiro produto escolhido para ser comprado coletivamente foi o arroz. O próximo será o feijão, que está ainda com um preço absurdo na região. O grupo pretende definir, em breve, critérios para a escolha dos produtos e de participação do grupo, pois, no dia da distribuição do arroz, uma pessoa que não era do grupo recebeu o produto sem pagar e sem participar seis meses do processo de discussão e conscientização. Pretende-se também estipular que quantia será recolhida, pois alguns cuidados serão necessários a partir de agora.

Durante seis meses cada pessoa deu cem cruzeiros para o grupo. Antes, ela ia de quinze em quinze dias pagar mil cruzeiros pelo arroz. Agora, já tem arroz para o mês todo e o risco é achar que está sobrando dinheiro do bolso dela, gastar e não colocar no grupo. Tem que se lembrar que aqueles mil cruzeiros devem ser dados para comprar arroz no final do mês, mais barato, economizando de novo duzentos cruzeiros. Se isso não for feito, pode até afundar o grupo de compra. Temos uma caixinha formada pelo dinheiro dado a mais, mas é um fundo para um caso de necessidade.

O dinheiro para as compras será guardado numa caderneta de poupança que vai ser aberta por dois diaristas. Esse dinheiro só será retirado para as compras mesmo!



Debates e conclusões

Seria talvez cansativo e pouco produtivo reproduzir todo o debate que se travou a partir das exposições. Optou-se por um resumo das discussões em torno das questões principais.

Percebeu-se, por exemplo que, parte das dificuldades encontradas nas experiências com roças comunitárias se dá em torno do controle da ajuda financeira prestada aos lavradores engajados no projeto. Ao receberem recursos para fins determinados, acontece de os lavradores acabarem consumindo esses recursos no suprimento de necessidades, urgentes do seu ponto de vista e, nem sempre previstas no projeto de aplicação das verbas. Isto se dá porque os lavradores são sempre muito carentes de recursos e não dispõem de outras fontes onde possam obtê-los. Por outro lado, acontece também que ao fazer-se o acerto de contas, por ocasião da distribuição do produto da roça, muitos ficam endividados, ao invés de terem saldos positivos. Esta situação gera enormes frustrações e, de certo modo, foi percebida como inevitável. Isto ocorre em virtude fundamentalmente da carência dos lavradores, que já foi mencionada, mas também do fato de ser muito difícil que os lavradores façam previsões adequadas de seus gastos. Acresce o fato de nunca ser satisfatória a produtividade da terra e do próprio trabalho, nestas experiências.

Diante dessa situação os coordenadores dos projetos se vêem numa posição extremamente incômoda. A “fazenda dos padres” não pode negar nada, já que “vivem criticando os fazendeiros, não podem fazer o papel feio de dizer que alguém já recebeu tanto e só pode gastar tanto”. A expectativa com relação ao que receber como empréstimo ou fornecimento se faz por comparação com a relação vivida com os fazendeiros e fica difícil saber o que negar sem cair numa avaliação de “mau patrão”.

Uma outra dificuldade acontece com relação aos critérios adotados para a divisão do produto do trabalho da roça.

Os lavradores que participaram concretamente das experiências firmam a posição de que a divisão deve ser de acordo com o trabalho investido por cada um. Percebem, no entanto, que isto é realmente um gerador de problemas. Alguns lavradores têm famílias maiores, mais dispendiosas, com muitos filhos pequenos e, às vezes, não têm um bom controle dos gastos de sua casa. Outros têm famílias menores ou são capazes de maior controle, sabendo aplicar melhor seus recursos.

Quanto à capacidade e ao ritmo de trabalho, também há muita diferença.

Levantou-se então a questão: é justo que se faça uma divisão igualitária ou de acordo com as necessidades de cada um, sem considerar as diferenças acima? Do ponto de vista de alguns agentes isto é que seria o certo e, apesar de toda a argumentação havida contra esta posição, como sendo idealista, houve uma polarização em torno da questão. Alguns continuaram apostando neste ideal, na perspectiva de mudar as regras do jogo através de um processo de conscientização.

Uma outra discussão travou-se em torno do seguinte: se os camponeses têm formas de organização do trabalho coletivo como o mutirão que funciona tão bem, por que continuar insistindo na idéia das roças comunitárias que geram tantos problemas?

Houve quem considerasse que a roça comunitária vinha demonstrando ser um “produto importado” e que os agentes deveriam limitar-se “a incentivar e apoiar aquilo que, em cada situação, o povo sentisse como necessidade”. Outras pessoas argumentaram que o mutirão e a roça comunitária são coisas muito diferentes. Segundo esta argumentação, o primeiro estaria na linha apenas da união, seria algo espontâneo, tradicional que ocorreria esporadicamente, e para solução apenas imediata dos



problemas, transformando-se, afinal, numa festa. Já a roça comunitária estaria na linha da organização, teria por trás uma visão política e um objetivo maior. Neste sentido, para os que defendiam esta posição, contentar-se com o mutirão seria reduzir-se ao imobilismo e não atrever-se a criar coisas novas.

Entretanto, os lavradores participantes do Encontro continuavam a apontar problemas muito sérios, decorrentes da incompatibilidade entre as exigências da roça comunitária e as suas próprias formas de pensar e equacionar situações.

Sempre que uma exigência da roça comunitária, dependendo da forma como ela está organizada, se choca com a perspectiva do lavrador, ele percebe a situação como uma questão de liberdade.

Foram citados alguns exemplos vividos. Às vezes um lavrador tem urgência de enfrentar uma necessidade sentida pela sua família. Normalmente, ele se utiliza do expediente de trabalhador um dia ou mais como alugado para conseguir o recurso necessário. Mas se o trabalho na roça comunitária é de tal modo que exige diariamente, ou naquele momento, a sua presença, ele se sente tolhido e impedido de responder à necessidade da família. A situação é agravada pelo fato de os recursos que advêm do trabalho coletivo só poderem ser usufruídos por ocasião da divisão do produto. Muitas vezes sua necessidade não pode esperar tanto.

Dá-se, então, uma contradição entre a consciência do compromisso assumido com os companheiros e sua percepção das obrigações de pai e chefe de família que ele não vê como solucionar. O jeito é deixar a roça comunitária. Na verdade, muitos já alegam a perda da liberdade como razão suficiente para nem começar a participar de experiências desse tipo.

A discussão em torno dessa questão foi grande e os lavradores começaram a estabelecer uma relação entre a liberdade de que estavam falando e o ideal de libertação que estaria por trás das iniciativas de roças comunitárias.

Para eles a liberdade é algo de pessoal que diz respeito ao indivíduo enquanto a libertação teria um sentido mais político e social com ênfase no coletivo. O que eles colocaram como objetivo foi a necessidade de chegar a construir a libertação sem ter que abdicar de suas prerrogativas individuais.

A questão é complicada, mas eles entendem que podem assumir compromissos de grupo, na luta por interesses comuns, contanto que isso se faça por meio de formas de organização compatíveis com as formas de solidariedade prescritas pela sua vida social.

Finalmente, enfrentou-se a difícil tarefa de pensar que condições teriam sido responsáveis pelo fato de algumas experiências serem bem sucedidas enquanto outras fracassaram.

Tentou-se, então, estabelecer algumas diferenciações entre as experiências relatadas. Vários critérios de diferenciação foram sugeridos: o grau de consciência dos participantes, o fato de a iniciativa ter cabido aos agentes ou aos próprios lavradores, o fato de a experiência ter sido posta em prática como forma de resistência e luta pela terra ou não, num momento de luta intensa, como forma de resistência ou não.

O tempo todo os participantes do Encontro combateram, sistematicamente, a tentação de explicar as coisas, apelando para conceitos tais como consciência, nível de consciência, falta de consciência. Preferiu-se sempre buscar razões ao nível das relações concretas e das formas de organização. Com relação aos outros dois critérios de diferenciação sugeridos, pensou-se que de fato o mutirão do Baixo Araguaia, o "trabalho engrupado" de Sociedade do Divino Pai Eterno, e talvez as roças de Alagamar, têm em comum terem sido iniciados em momento crítico de luta pela terra, serem frutos de iniciativa do próprio povo e serem considerados casos bem sucedidos. Os dois critérios se revelam inadequados, no entanto, pelo simples fato de serem três experiências completamente distintas, das quais somente a última pode ser classificada como roça comunitária.

Elaborou-se, então, um quadro que organiza as experiências relatadas, colocando em evidência as características mais relevantes do ponto de vista da análise.

CARACTERÍSTICAS DAS EXPERIÊNCIAS RELATADAS NO ENCONTRO SOBRE COLETIVIZAÇÃO

Título da experiência	Relação do grupo com a terra onde se realiza a experiência	Tarefas ou etapas da produção em que o trabalho é coletivo	Os membros do grupo mantêm roças particulares: sim ou não	Os membros do grupo podem também trabalhar fora como assalariados: sim ou não	Destinação do produto do trabalho coletivo
Roça Comunitária de Santa Terezinha	As terras são de pessoas do grupo; há também participantes sem terra	Trabalho coletivo em todas as fases da produção	Não há roças particulares	A questão não foi colocada	Despesas das famílias
Roça Comunitária de Jussara	Terras adquiridas com recursos de fora e colocadas em nome de uma entidade criada para este fim	Trabalho coletivo em todas as fases da produção	Não há roças particulares	Trabalho coletivo conflitando com a necessidade de, eventualmente, trabalhar como assalariado	Despesas das famílias
Roças Comunitárias de Alagamar	Terras de propriedade dos usineiros, ocupadas pelos sítios dos lavradores	Trabalho coletivo em todas as fases da produção	Os participantes mantêm suas roças familiares	A questão não foi colocada	Despesas comunitárias
Roças Comunitárias de Feira de Santana	Terras cedidas provisoriamente por membros da comunidade ou adquiridas pelo grupo	Trabalho coletivo em todas as fases da produção	Os participantes mantêm suas roças familiares	Muitos participantes complementam sua renda trabalhando como assalariados	Despesas comunitárias e, eventualmente, despesas familiares
"Trabalho engrupado" da Sociedade do Divino Pai Eterno – Sul do Pará	Terras ocupadas por posseiros e reivindicadas por uma empresa	Trabalho coletivo de derrubada e defesa militar	Os participantes mantêm suas roças familiares, além das roças, também familiares, na terra contestada	A questão não foi colocada	A questão não foi colocada
Mutirão do Baixo Araguaia	Posses familiares	Trabalho coletivo combinado para tarefas determinadas, em caráter eventual	Só existem roças familiares	A questão não foi colocada	A questão não foi colocada
Casas de farinha de Alagamar	Construída nas terras ocupadas por alguém do grupo	Trabalho coletivo tanto na construção das casas quanto na fabricação de farinha	—	—	Despesas comunitárias

O trabalho coletivo ao nível da produção é o denominador comum de todas as experiências constantes do quadro anterior (1).

Das quatro experiências que podem ser consideradas como roças comunitárias, duas foram interrompidas pela desistência dos participantes ou pela impossibilidade de solucionar os impasses surgidos: a de Santa Terezinha e a de Jussara. As outras duas, estão em andamento e embora haja problemas, eles têm sido contornáveis. É o caso de Alagamar e Feira de Santana.

As experiências interrompidas são justamente aquelas nas quais os participantes estiveram impossibilitados de manter suas roças familiares como atividade simultânea à

(1) Não estão incluídas as experiências do barco, do trator e da compra de alimento justamente por não se tratarem de trabalho coletivo ao nível da produção: são ações coletivas apenas ao nível da organização e administração. Deixou-se também de incluir o caso dos guarani por merecer uma análise adequada à forma específica de organização tribal.

roça coletiva. Esta observação é muito importante porque a roça familiar parece representar uma esfera de autonomia para os camponeses e suas famílias, à qual eles não estão dispostos a renunciar. Lá, a família camponesa, sob o comando do pai e chefe, planta o que e quanto quiser e puder em função do cálculo das possibilidades e necessidades do grupo como um todo, mas também de cada membro do grupo.

No mesmo sentido vale considerar a dificuldade que têm os camponeses de subordinar inteiramente o emprego do seu trabalho ao projeto coletivo da roça comunitária. Esta dificuldade foi explicada como sendo um conflito entre o "compromisso" com os companheiros (de trabalhar todos os dias na roça coletiva, por exemplo), e a "liberdade" do chefe de família (de decidir que nesse ou naquele dia o melhor é não trabalhar, ou trabalhar como diarista para obter recursos que se fazem necessários).

É muito significativo que nas experiências de Alagamar e Feira de Santana, o "compromisso" com os companheiros não fere a "liberdade", nem a autonomia da família camponesa. Sendo o trabalho coletivo realizado em apenas um dia da semana, numa área de terra à parte, fica resguardada tanto a manutenção da roça familiar quanto a possibilidade de realizar formas alternativas de emprego da força de trabalho.

Finalmente restaria enfatizar, a partir dos casos estudados, que nem o trabalho coletivo nem a apropriação coletiva da terra, parecem ser em si mesmos incompatíveis com a forma de organização camponesa. A questão é ver-se em que esferas da vida camponesa a coletivização é viável.

Neide Esterci, coordenadora do "Encontro sobre Coletivização".
CEDI Rio, Julho de 1981



Bibliografia

Cartas e depoimentos

CABRAL, Antônio Nunes [*Carta ao Ministro da Agricultura*], Santana do Araguaia, 16-março-1974. 1p. dat.

[*Carta ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia*], Barreira de Campos, 27-agosto-1975. 3pp. dat.

DEPOIMENTOS de Lavradores sobre uma proposta de coletivização. Areia Branca, Município de Cachoeiras de Macacu, s.d. 48 pp. dat.

FIGUEIRA, Ana Nunes. *Depoimento*. Sussuapara, 01-maio-1978. 2pp. dat.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa [*Carta à Equipe Pastoral da Prelazia de Conceição do Araguaia*], São Paulo, 17-maio-1981. 9pp. man.

Dossiês

A LUTA de Alagamar, s.n.t. 70 pp.

O dossiê é constituído de artigos acerca da situação de Alagamar divulgados na imprensa nordestina, compreendendo o período de 30/dezembro/79 a 15/janeiro/80.

Obras sobre campesinato e coletivização no campo

ALASIA DE HEREDIA, Beatriz Maria. *La morada de la vida*; trabajo familiar de pequeños productores del N.E. del Brasil. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1977. 183pp.

Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GARCIA JR, Afrânio Raul. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1975. 280pp.

Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BETTANIN, Fabio. *A coletivização da Terra na URSS*; Stalin e a "revolução do alto" (1929-1933). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. 259pp.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*; a questão política no campo. São Paulo, Hucitec, 1980. 181pp.

MOURÃO, Laís. *Colonização e resistência cultural*; um estudo sobre a Aliança Ideológica Igreja-Estado e sua legitimidade simbólica numa sociedade rural. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1973.

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris, A. Colin, 1973. 251pp.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *Terra e Trabalho*. s.n.t. 3pp.

Trata-se de fragmento de Tese de Mestrado sobre conflitos de terra no sul do Pará, a ser defendida em dezembro de 1981, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Relatórios e Projetos

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomas de. *Projeto de roças comunitárias para as aldeias de Takuapiry e Ramada do Sul do Estado de Mato Grosso*. São Paulo, 1977. 5pp. dat.

AOKI, Celso S. & ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de. *Projeto Kaiowa-Nandeva – PKN: Relatório de Atividades: 1976-1980, Planejamento: 1981-1983*. Brasília, 1981. 26pp.

GATTI, César. *Chapadinha*; ou Vila de São Sebastião. Vila de São Sebastião, s.d. 4pp. dat.
Trata-se de Projeto de roças comunitárias na Chapadinha (Vila de São Sebastião).

MOC. *Avaliação de uma experiência rural*. Feira de Santana, 1978. 100pp.
Relatório anual de trabalho – 1978. Feira de Santana, s.d. 39pp.

MOVIMENTO DO TRATOR. *Decisões tomadas pelos responsáveis do Movimento do Trator*. Fazenda Nova e Novo Brasil, s.d. 3pp.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira de. *Resumo de uma experiência*. Feira de Santana, MOC, 1981. 5pp.

RELATÓRIO sobre Trabalhos de roça comunitária realizados nas aldeias indígenas do sul do Mato Grosso. s.l., 1976. 6pp. dat.

SUB-PROJETO 3; avaliação da participação comunitária. Feira de Santana, MOC, 1976. 45pp.

Versos e Cordéis

CABRAL, Antônio Nunes. *Sufrimento cruel*. Sussuapara, s.ed., 1978. 6pp. mimeog.

DILUCA, Zé. *Peleja das piaba do Araguaia com o tubarão besta fera*; ou a história de um povo que se liberta. São Félix do Araguaia, Prelazia de São Félix do Araguaia; Rio de Janeiro, CEDI, 1981. 63pp.

KAPLAN, José Alberto & SOLHA, Waldemar José. *Cantata pra Alagamar*. s.n.t. 2pp.

VALE A PENA LER

Aconteceu Especial
Trabalhadores Rurais no Brasil/1980
Mimeografado
Rio de Janeiro, 1981
Cr\$ 100,00

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação publicou, no começo deste ano, o Aconteceu Especial – Trabalhadores Rurais no Brasil/1980. Trata-se de um dossiê que se baseia nos fatos publicados pela imprensa nos mesmos moldes que os dossiês já lançados sobre “Povos Indígenas no Brasil/1980” e “Trabalhadores Urbanos no Brasil/1980”. A cronologia dos fatos está agrupada por temas e cada um deles é introduzido por uma breve síntese analítica das questões em jogo.

1. A luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra, por melhores condições de trabalho e salários mais justos, por melhores condições de crédito e mercado: cuidou-se neste item de relacionar cada categoria de trabalhador rural com suas reivindicações específicas e suas formas particulares de luta.
2. A política do Estado face à produção agrícola e à estrutura fundiária: quais têm sido os grupos favorecidos pela política governamental de construção de barragens, obras contra as secas e resolução de conflitos.
3. A posição das Igrejas frente à questão da terra no Brasil: quais as mudanças ocorridas no posicionamento das Igrejas.
4. O Movimento Sindical: o trabalho de mobilização e organização realizado pelas associações sindicais no sentido de fortalecer os trabalhadores rurais em suas diversas frentes de luta.

Este Aconteceu está sendo vendido ao preço de cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) o exemplar. Os pedidos devem ser feitos ao CEDI (Rio ou São Paulo) e o pagamento efetuado através de cheques pagáveis no Rio em nome de Tempo e Presença Editora Ltda. – Caixa Postal 16.082 – 22221 – Rio de Janeiro – RJ.

